

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 20

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fisco tributa criptoativo como aplicação financeira 3

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fila para perícia do INSS é menor, mas erros podem travar benefícios 5

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Saiba o que fazer com o valor da restituição do Imposto de Renda 7

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pente-fino na Previdência 8

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Sem cortes indiscriminados 10

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
SEGURIDADE SOCIAL

Governo tem de dar sinais de preocupação com ajuste, diz Mansueto 11

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

É preciso desmistificar a divisão do bolo dos impostos - POLÍTICA E PODER - ROSANE DE OLIVEIRA 14

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: dados de 39,5 milhões de beneficiários são expostos 16

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Seminário - APOSENTADOS 18

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6 20

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar aposentadorias de junho com antecipação no RS; veja calendário (inss) 21

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça Federal libera R\$ 2,06 bilhões em atrasados do INSS; veja quem recebe (Previdência) 23

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pagamentos de junho para aposentados e pensionistas do INSS começa nesta segunda-feira; veja calendário e como consultar 25

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça Federal libera R\$ 2,06 bilhões em atrasados do INSS; veja quem recebe (Previdência) 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Brasileiro não aceita mais que hiperinflação volte, afirma Malan 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"O Plano Real foi bem-sucedido" 32

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: professor da USP defende tributação progressiva por teor alcoólico (alimentação) 35

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária prevê imposto automático na hora da compra, mas bancos temem prazo apertado 36

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tributar os super-ricos 38

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
ECONOMIA

Risco fiscal e juros nos Estados Unidos redefinem projeções para dólar e Bolsa 40

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Selic estável em 10,5% é mais um golpe contra renda variável 42

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

Por que o dólar está tão caro? - ECONOMIA E NEGÓCIOS EM FOCO 45

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SAQUE ANIVERSÁRIO

Trabalhador precisa ter cautela para antecipar saque-aniversário 46

Fisco tributa criptoativo como aplicação financeira

Adriana Aguiar De São Paulo

A **Receita Federal** entendeu que ganhos que resultam da cessão temporária de criptoativos devem ser tributados como rendimentos em aplicações de renda fixa e não como aluguel, como pretendia o contribuinte. O posicionamento está na Solução de Consulta Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) nº 86, de 16 de abril de 2024, que orientará os fiscais do país.

A consulta foi feita por uma empresa, optante pelo Simples Nacional, que atua em atividades auxiliares de serviços financeiros. Para a empresa, essa cessão temporária de criptoativos, deveria ser considerada um aluguel, com duração de um ano. Em troca da cessão, afirma receber, na condição de locatária, uma remuneração de 8% do valor.

A empresa decidiu perguntar à **Receita Federal** se deve tributar os aluguéis mensais como receita de locação de bem móvel, se o valor recebido mensalmente de aluguel depositado na conta da pessoa jurídica tomará por base o montante total recebido e se sobre esse valor será calculado o imposto do Simples.

De acordo com o advogado Matheus Bueno, sócio do Bueno Tax Lawyers, a Receita optou pelo caminho que, na maioria dos casos, deve ser mais caro para o contribuinte.

Se fosse considerada aluguel, poderia pagar de 6% a 33% de imposto no Simples Nacional. Nesse caso, existem faixas de acordo com a receita bruta anual da empresa. Até R\$ 180 mil, a alíquota é de 6%. De R\$ 3,6 milhões a R\$ 4,8 milhões, com alíquota de 33%. No caso de rendimento financeiro, que deve ser tributado com imposto de renda fora do simples, pode variar de 15% a 22,5%.

Ao analisara consulta, a **Receita Federal** explicou que, na sua visão, os ativos virtuais são uma representação digital de um ativo (token). Logo, são bens incorpóreos, conforme o artigo 3º da Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022. Nessa condição, são bens móveis tais como os outros citados pelo artigo 83 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002).

"Sendo móveis, a cessão remunerada de ativos

virtuais de propriedade da optante não configura locação de bens imóveis próprios, que seria vedada ao Simples Nacional pelo artigo 17, inciso XV, da Lei Complementar nº 123, de 2006", diz.

A Receita ainda afirma que os criptoativos são ativos virtuais criptografados. "Então, não são um programa de computador, na definição do art. 1º da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Logo, sua cessão não configura um licenciamento de software (art. 9º da Lei nº 9.609, de 1998) remunerado por royalties (Solução de Consulta Cosit nº 75, de 31 de março de 2023)".

O Fisco também destacou que os criptoativos, no caso, são quantificados em determinadas unidades, que não são individualizadas uma a uma. Ou seja, são considerados bens fungíveis, nos termos do artigo 85 do Código Civil. "Ora, como o criptoativo em tela é fungível, sua cessão não configura a locação de que trata o artigo 565 do Código Civil, que só pode ser de bens infungíveis." Ainda ressalta que como o cessionário não opera esses criptoativos no mercado em favor do cedente, não administra investimentos para ele. "Portanto, essa atividade não caracteriza um gerenciamento de ativos (asset management), que também seria vedado pelo artigo 17, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 2006". E também não caracteriza corretagem ou distribuição de títulos e valores mobiliários, que seriam vedadas pelo art. 3º, § 4º, inciso VIII.

Depósito bancário também não é, segundo a solução de consulta, seja por não ter sido firmado com uma instituição financeira, seja porque seu objeto não é importância em dinheiro.

E assim, de acordo com o Fisco, resta, portanto, configurar como um chamado contrato de mútuo feneratício (mútuo bancário) no qual os juros remuneratórios (que a empresa afirma serem "aluguéis") são tributados por fora da base de cálculo do Simples e são tributadas pelo imposto de renda como rendimento em aplicação de renda fixa.

De acordo com Matheus Bueno, a solução de consulta, apesar de indicar uma carga tributária maior para o contribuinte, parece ter se aprofundado no assunto. "O auditor fez sua lição de casa bem feita, descartando as outras hipóteses, ou seja, tem uma lógica", diz. Para o advogado, o assunto ainda é muito

novo, por isso a dificuldade em classificar esse tipo de operação.

De acordo com o advogado Raphael Lavez, do Lavez Coutinho Advogados, o caso é interessante, pois demonstra a posição da Receita em qualificar criptoativos como ativo financeiro, que deve ser enquadrado como rendimento de renda fixa. Essa cessão de criptoativos, afirma, não poderia ser considerada como aluguel, na visão da Receita, porque não se trata de um bem concreto, como uma obra de arte, por exemplo, que poderia ser cedida temporariamente.

"Caso demonstra a posição da Receita em qualificar criptoativos" Raphael Lavez

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187910>

Fila para perícia do INSS é menor, mas erros podem travar benefícios

CAIO PRATES

Números divulgados recentemente pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) destacam que de setembro de 2023 a abril deste ano, houve uma redução de 37% no número de segurados que esperam para passar por uma perícia médica. São mais de 400 mil pessoas que saíram da fila. Segundo o órgão, em abril do ano passado, 1.178.123 cidadãos aguardavam na fila. Já em abril deste ano, o número caiu para 743.433. Na visão do **INSS**, a redução se deve às melhorias implementadas no Atestmed - ferramenta de análise de documentação médica para concessão benefício por incapacidade temporária, antigo auxílio-doença.

Além de diminuir a fila da perícia, de acordo com o **INSS**, a concessão por meio de análise documental também diminuiu o tempo de espera daqueles que precisam passar por uma perícia médica presencial.

Em agosto de 2023, o tempo médio que o segurado tinha de esperar por um atendimento pericial era de 70 dias. Agora, esse tempo caiu para 39 dias. O número de requerimentos de benefícios por incapacidade temporária por meio do Atestmed tem sido cada vez maior. Em 2023, 1,3 milhão de segurados solicitaram seus benefícios por meio da análise documental.

Só no primeiro trimestre de 2024, o número de requerimentos já estava quase em 600 mil.

Os segurados do que dão entrada em pedidos de benefícios previdenciários no Brasil enfrentam uma série de obstáculos.

Entre os principais entraves está a documentação exigida pela autarquia federal.

Os cidadãos costumam esquecer de entregar a documentação completa ou realizar algum ato burocrático obrigatório. Já no **INSS** os problemas mais comuns são na avaliação da prova apresentada pelo segurado, na realização da perícia médica, na análise inadequada da legislação previdenciária, dentre outras situações.

O advogado especialista em direito previdenciário, Celso Joaquim Jorgetti, sócio da Advocacia Jorgetti, afirma que as falhas nas informações prestadas pelo

segurado ao **INSS** afetam o andamento de processos. "Os erros mais comuns cometidos pelos segurados no momento de solicitar benefícios ao **INSS** são na documentação.

Como, por exemplo, não corrigir as divergências apresentadas no CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), como divergências nos dados pessoais, ausência de data de saída de algum vínculo, falta de registro de contribuições individuais e contribuições realizadas a menor; não contratar um advogado para orientá-lo qual o melhor momento de requer o benefício e assim garantir um valor de benefício melhor; pagamentos em atraso sem comprovação de atividades; falta de comprovação de atividades especiais; falta de documentos comprovando atividade rural e falta de comprovação de dependência econômica e convivência, no caso de pensão por morte na união estável", pontua.

Ruslan Stuchi, sócio do Stuchi Advogados, afirma que quando há pendências na documentação, o **INSS** simplesmente tem negado a concessão do benefício, forçando o segurado a entrar com recurso o que faz com que o pedido volte para a fila de espera demorando mais tempo para ser analisado. "Existem casos em que o recurso é negado e é necessário propor ação judicial para resolver, sendo que isso poderia ter sido evitado com a regularização das pendências antes do requerimento do benefício".

Na visão do advogado João Badari, sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, o trabalhador comete erros por falta de conhecimento técnico, o que acaba atrasando o processo de aposentadoria, ou até mesmo de acessar outros benefícios previdenciários.

"Uma maneira de evitar estes erros é analisar o CNIS, para verificar se existem erros nos salários de contribuição, nos vínculos empregatícios e também os documentos que podem aumentar o tempo de serviço e a renda", orienta o profissional.

Verificação do CNIS dever ser o primeiro passo dos segurados

Os especialistas alertam que os segurados devem seguir três passos para minimizar os erros. Primeiro, verificar no CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais) as informações sobre o período de

recolhimento de contribuições previdenciárias. Depois, confrontar os vínculos das carteiras de trabalho e guias de recolhimento, para verificar se todos os períodos estão completos e corretos no CNIS. E, por último, verificar os salários de contribuição e confrontar com os holerites, guias de recolhimento e alterações salariais da CTPS (Carteira de Trabalho e **Previdência Social**) para ver se estão corretos.

Marco Aurelio Serau Junior, advogado, destaca que a análise do CNIS é extremamente importante e deve ser feita por um profissional especializado, "que analisará os contratos de trabalho e contribuições do cliente, em comparação com o CNIS e, havendo divergência, tomará as medidas adequadas, na via administrativa ou se necessário até mesmo na Justiça". Em relação aos benefícios por incapacidade para o trabalho, é comum que haja a entrega de documentos antigos, que não comprovam a persistência de incapacidade.

O advogado João Badari destaca que outro documento que merece atenção é o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) para a comprovação de período insalubre.

"É obrigação da empresa fornecer o PPP. E o trabalhador tem o direito de receber este documento em sua rescisão ou ao solicitá-lo. Caso a empresa não exista mais, é importante tentar contatar os responsáveis e usar o site da **Receita Federal** para obter informações.

A massa falida sempre tem um administrador e na Junta Comercial você também poderá acessar o contrato social da empresa e localizar os sócios", orienta.

Outro problema de documentação que pode atrasar o pedido de aposentadoria ou de outros benefícios está relacionado a problemas no atestado médico. O documento médico deve relatar exatamente qual a doença que o segurado possui, o tempo de afastamento necessário para recuperar sua capacidade laborativa, além do CID (Código Internacional de Doença).

"O atestado médico apresentado no pedido ao **INSS** deve observar os seguintes requisitos: estar legível e sem rasuras; conter a assinatura do profissional emissor e carimbo de identificação, com registro do conselho de classe; conter as informações sobre a doença ou CID; e o prazo estimado de repouso necessário", relata.

Entretanto, os especialistas lembram que indeferimento também ocorre devido a falhas da autarquia e que independem do modo como pedidos

são feitos. "Também há erros por parte do **INSS** como, por exemplo, na avaliação da prova apresentada pelo segurado, na realização da perícia médica, na análise inadequada da legislação previdenciária, dentre outras situações", alerta o advogado Marco Serau Junior.

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_D0827569D4FD8B1FDAE798F5A83C5E8CE162DC728F4DD2ECA981DC2CEFD69AB0BD0F0217FD4CFB2670F5C0E505EB365EC6EE567B495EF15497724D65B319EAFF913000A4ED4A6A749ACFCF09084D32CB2867BA77A850B4A55643F7F3F3AA7641A4940820223B9684F505333EF659E6D02C2E23349146F8DA5A7D3A14CF70

Saiba o que fazer com o valor da restituição do Imposto de Renda

Em meio à temporada do Imposto de Renda, o pagamento da restituição é o momento mais esperado pelo contribuinte. O valor nem sempre é expressivo, mas o fato é que qualquer quantia extra pode ajudar a complementar a renda e pagar dívidas, ou adquirir algum item. Os contribuintes que recebem um pouco mais, podem fazer investimentos maiores ou aplicar numa poupança, por exemplo.

O primeiro passo para planejar o que fazer com os valores é verificar no calendário da restituição, pelo site da **Receita Federal**, qual a previsão de pagamento de acordo com os lotes. Depois disso, o ideal é saber qual o valor a ser res-tituído para, em seguida, planejar o que fazer. Com a primeira leva já paga, os lotes restantes estão programados para 28 de junho (2º lote), 31 de julho (3º lote), 30 de agosto (4º lote) e 30 de setembro (5º lote).

A reportagem consultou especialistas em educação financeira para mostrar o que pode ser feito com o dinheiro de sua restituição. No geral, a principal orientação é quitar as pendências financeiras. Por outro lado, para os que estão com as contas em dia, aplicar o valor é uma ótima opção.

De acordo com o educador financeiro, Fernando Lamounier, para os que acumularam dívidas é importante priorizar a quitação dos débitos como despesas com cartão de crédito, empréstimos pessoais ou financiamentos. Essa seria uma boa saída para reduzir os custos e economizar dinheiro com juros a longo prazo.

É importante lembrar que as dívidas tendem a acumular juros altos e podem virar uma "bola de neve" no orçamento. Sendo assim, é preciso entender quais são as dívidas mais urgentes e priorizar o pagamento com a restituição.

Para Lamounier, a maioria dos brasileiros está preocupada com o pagamento dos débitos e a atual situação de endividamento no Brasil influencia na hora de decidir o que fazer com o valor.

Endividamento

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo

(CNC), o número de endividados no Brasil aumentou em 2024.

Segundo o estudo, a proporção de famílias endividadas passou de 78,5% em abril para 78,8% maio, o terceiro mês seguido de crescimento. O resultado é mais elevado também em relação ao ano passado, quando 78,3% das famílias estavam endividadas.

A fatia de consumidores com contas em atraso permaneceu em 28,6% em maio, mesmo resultado visto em abril. Em maio de 2023, a proporção de famílias inadimplentes era mais elevada, 29,1% tinham contas em atraso.

O cartão de crédito permanece como o principal tipo de dívida, mencionado por 86,9% dos endividados. Já o uso do cheque especial desceu a 3,9% em maio, o menor nível da série histórica iniciada em 2010. A CNC estima novos aumentos na proporção de famílias endividadas nos próximos meses, alcançando 80,4% em dezembro de 2024.

CONTINUA NA PÁGINA 7

Site:

<https://edicaoimpresa.folhape.com.br/books/odzg/#p=1>

Pente-fino na Previdência

O governo planeja começar a revisão de benefícios concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) ainda no próximo mês de julho. A medida é um dos pilares do plano do Executivo para conter gastos e fechar a proposta de Orçamento de 2025.

Estimativas preliminares indicam a possibilidade de economizar cerca de R\$ 20 bilhões no ano que vem com o cancelamento de benefícios considerados indevidos.

Só na Previdência, a área econômica mapeou um público-alvo de quase 1,3 milhão de beneficiários que podem ser convocados para a revisão de benefícios por incapacidade temporária e permanente.

São pessoas que recebem auxílio-doença há mais de um ano ou aposentadoria por invalidez há mais de dois anos sem passar por reavaliação.

No Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e a pessoas com deficiência de baixa renda, o alcance da revisão ainda está sendo dimensionado pelos técnicos do governo e pode levar um pouco mais de tempo para começar.

As ações ainda preveem a continuidade da revisão do Bolsa Família para averiguar a regularidade do cadastro de famílias unipessoais (formadas por um único integrante), que cresceu de forma artificial durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O tema foi discutido em reunião na última quarta-feira (19) entre Lula e os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão), Carlos Lupi (**Previdência Social**) e Wellington Dias (Desenvolvimento Social).

Espaço no Orçamento

Segundo um dos participantes do encontro, esses três focos - benefícios por incapacidade, BPC e unipessoais do Bolsa Família - são centrais para o governo na revisão de gastos. A avaliação é de que a potência fiscal dessas ações é suficiente para abrir espaço no Orçamento de 2025 e acomodar as pressões vindas de gastos com a própria Previdência, que crescem na esteira da valorização real do salário mínimo.

As despesas com Previdência, BPC e Bolsa Família somam R\$ 1,2 trilhão no Orçamento deste ano.

O secretário do Regime Geral de **Previdência Social**, Adroaldo da Cunha Portal, confirmou à reportagem, em resposta por escrito via assessoria de comunicação, que os benefícios por incapacidade temporária e permanente estarão no foco da reavaliação no primeiro momento.

A pasta, porém, não divulgou detalhes da convocação dos segurados.

"O dimensionamento e os quantitativos ainda estão em elaboração", informou o secretário.

Previsão legal

Portal disse que a reavaliação dos benefícios por incapacidade já concedidos é uma previsão legal que vem sendo sistematicamente descumprida e que o Tribunal de Contas da União (TCU) expediu determinação neste ano para o governo retomar o trabalho de forma periódica e permanente.

"Programas eventuais de revisão ocorridos no passado atenderam a legislação de maneira pontual. O que está sendo estruturado é que se deseja a incorporação da atividade de modo permanente", afirmou. "A expectativa é de iniciar o cumprimento da determinação do TCU ainda no segundo semestre." A reavaliação será feita mediante a realização de perícia médica. O não comparecimento pode acarretar a suspensão do benefício. Pela lei, estão isentos do exame apenas os aposentados por invalidez ou pensionistas inválidos com mais de 60 anos, ou com mais de 55 anos de idade quando decorridos 15 anos desde a data da concessão do benefício.

A força-tarefa vai se valer das regras do Programa de Enfrentamento da Fila da **Previdência Social**, que autoriza o pagamento de um bônus de R\$ 75 por perícia extra realizada pelos profissionais da área. O programa tem duração até agosto de 2025, mas pode ser prorrogado até novembro do ano que vem.

Hoje, os médicos da Previdência realizam em torno de 400 mil perícias ordinárias ao mês, sem contar as tarefas extras. O programa de enfrentamento à fila conta com a adesão de aproximadamente um terço da categoria, o que totaliza cerca de mil peritos federais (Da Folhapress).

1,3 MILHÃO DE PESSOAS PODEM SER CONVOCADAS PARA REVISÃO DOS BENEFÍCIOS

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-c70cfa5c5ab75a16467bc95abaf5dc2a.pdf

Sem cortes indiscriminados

A discussão sobre a revisão dos benefícios do **INSS** é tratada por técnicos do governo com urgência e ao mesmo tempo cautela. O Executivo precisa abrir espaço no Orçamento para evitar uma compressão de despesas estratégicas, como investimentos, mas não quer transmitir à população a sensação de que haverá corte indiscriminado de benefícios.

Em entrevista à CBN na última terça-feira (18), véspera do encontro sobre revisão dos cadastros, o presidente Lula disse estar aberto para discutir o Orçamento, mas criticou isenções e disse que não penalizará categorias mais vulneráveis, como os aposentados.

"A gente discutindo corte de R\$ 10 bilhões, R\$ 15 bilhões, R\$ 12 bilhões, e de repente você descobre que tem R\$ 546 bilhões de benefício fiscal para aos ricos desse país", afirmou Lula na ocasião.

"E você vai tentar jogar isso em cima de quem, do aposentado, do pescador, da dona de casa, da empregada doméstica? Então, quero discutir com seriedade", disse.

Além disso, o governo enfrenta um dilema técnico e operacional para definir a ordem de prioridades dentro do plano.

Segundo uma das pessoas envolvidas nas discussões, o Ministério do Planejamento e Orçamento pediu concentração de esforços na revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e a pessoas com deficiência de baixa renda. A avaliação é de que o benefício, cuja despesa soma R\$ 105,1 bilhões neste ano, tem grande potencial de economia.

O programa oscilou entre 4,6 milhões e 4,7 milhões de beneficiários de 2019 a 2021, mas passou por um forte crescimento nas concessões a partir de 2022.

Dados do Ministério do Desenvolvimento Social mostram que o público do BPC passou de 4,7 milhões em janeiro de 2022 para 5,1 milhões em dezembro do mesmo ano. O número continuou subindo e chegou a 5,9 milhões em abril de 2024. A expansão se deu tanto entre idosos acima de 65 anos quanto entre pessoas com deficiência.

Segundo um dos técnicos ouvidos pela reportagem, há pelo menos duas frentes de ação no BPC: averiguação dos critérios de renda e realização de perícia médica

nos beneficiários com deficiência, para verificar se a incapacidade laboral permanece.

O dilema do governo neste momento é conciliar o cronograma de ação com a capacidade operacional dos órgãos envolvidos. Caso o pedido de priorização do BPC seja atendido, será necessário rever o calendário de revisão dos benefícios por incapacidade do **INSS**, que prevê a conclusão das tarefas até o fim do primeiro semestre de 2025.

Outro técnico a par das discussões reconhece que a reavaliação do BPC ainda depende de um trabalho mais detalhado de dimensionamento do público-alvo e, por isso, seu início pode ficar para os próximos meses.

SERVIÇOS

Os focos centrais da revisão de gastos

Governo vai concentrar esforços na reavaliação de três grandes despesas do Orçamento, que soma:

Benefícios previdenciários - R\$ 917,8 bilhões

Bolsa Família - R\$ 168,6 bilhões

BPC - R\$ 105,1 bilhões

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-c70cfa5c5ab75a16467bc95abaf5dc2a.pdf

Governo tem de dar sinais de preocupação com ajuste, diz Mansueto

Marta Watanabe e Anai's Fernandes De São Paulo

Apesar da tese dominante no mercado financeiro de que o governo federal pode preferir alterar o teto de crescimento das despesas na regra fiscal a realizar um contingenciamento para evitar acionar gatilhos de restrição para 2025, Mansueto Almeida, economista-chefe do BTG Pactual, considera possível contingenciamento em torno de R\$ 15 bilhões, garantindo o cumprimento do teto de 2,5% acima da inflação para o avanço das despesas.

"Há no mercado quem fale em R\$ 40 bilhões [de contingenciamento]. Acho exagerado. Se for isso, claramente é impossível. E, por isso, muita gente acredita que o governo pode mudar a regra." Com o contingenciamento estimado pelo BTG, um possível empoçamento de despesas e "alguma medida adicional", diz Mansueto, talvez o governo consiga cumprir a meta inferior de primário para 2024, de déficit de até 0,25% do PIB. De qualquer forma, ele projeta déficits ao longo do mandato atual do presidente Lula entre 0,5% e 1% do PIB, com a dívida pública atingindo 82% do PIB em 2026 - em abril, estava em 76% do PIB. "É ruim, mas não é cenário de crise fiscal." Ainda assim, nos últimos meses os ativos locais se deterioraram expressivamente porque "os sinais de Brasília foram de despreocupação com o ajuste e de falta de apoio político à equipe econômica para entregar o prometido", diz.

Para Mansueto, não é necessário realizar um corte agora, por exemplo, ao redor de R\$ 50 bilhões nas despesas para consolidar um cenário melhor. "É dar uma sinalização de que vão realmente respeitar o teto de 2,5% e tomar as medidas necessárias para desacelerar o crescimento do gasto público." Ex-secretário do Tesouro Nacional nos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, Mansueto diz confiar na equipe econômica e nota que os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) passaram o mês alertando sobre despesas vinculadas às receitas e indexação de gastos. "Tem de mostrar que há compromisso não só da equipe econômica com a regra fiscal. Está faltando essa mensagem." Veja a seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: Logo após as eleições havia um voto de confiança dado ao governo Lula. O que mudou?

Mansueto: O plano fiscal de março de 2023 prometia duas coisas. Uma era um ajuste saindo de déficit de R\$ 200 bilhões em 2023 para superávit de R\$ 100 bilhões em 2026. A outra foi o teto de crescimento da despesa não financeira de 0,6% a 2,5%. Ninguém acreditou que a meta de primário seria cumprida, mas o teto tirava do cenário um crescimento explosivo do gasto e da dívida. Este ano, houve frustração com a queda de juros dos EUA, mas isso explica metade da piora nos últimos dois meses.

Valor: E a outra metade?

Mansueto: Foram fatores locais. Em abril, o governo mudou as metas de primário para déficit zero em 2025 e superávit de 0,25% em 2026. São números melhores que os do mercado. Nós sempre estimamos, até o fim do mandato, déficit entre 0,5% e 1% do PIB, com a dívida indo a 82% do PIB até 2026. É ruim, mas não é cenário de crise fiscal, de desancoragem muito grande. Só que o governo mudou a meta em meio a várias ocorrências, como ataque do Irã a Israel, votação no Senado sobre a volta do quinquênio a servidores, aprovação na Câmara de despesa extra de R\$ 15 bilhões e restrição à distribuição de dividendos pela Petrobras. Os sinais foram de despreocupação com o ajuste e de falta de apoio político à equipe econômica para entregar o prometido. O mercado começou a questionar a mudança do teto. Como não escutamos contraponto da ala política, a tese cresceu e afetou os preços.

Valor: O sr. não confia na manutenção do teto?

Mansueto: Eu confio na equipe econômica. O ministro Haddad e a ministra Simone Tebet passaram os últimos 30 dias alertando sobre ser preciso mudar despesas vinculadas às receitas e discutir indexação de gastos para sustentar a regra fiscal. Mas não sabemos qual é o apoio político. Lula disse recentemente que o ajuste fiscal será feito com redução de juros e aumento de arrecadação. O mercado, hoje, está precificando um cenário de risco muito grande. Caminhamos quase para um consenso de que a regra fiscal será quebrada. O governo tem de combater essa expectativa e mostrar medidas concretas. Tem de mostrar que há compromisso não só da equipe econômica com a regra fiscal. Está faltando essa mensagem. O mercado entrou em um cenário de reversão da política econômica, com

inflação pior e juro mais alto.

Valor: Mas a atividade cresce...

Mansueto: Mas esses mundos vão se encontrar. No início do ano, o cenário era de juro alto e crescimento fraco do **PIB** do primeiro trimestre, mas, com a queda da Selic, a economia aceleraria ao longo do ano. Nossa projeção era de **PIB** crescendo 1,7%, 1,8% em 2024; com a surpresa positiva no primeiro trimestre, todos reestimaram o crescimento de 2024 para 2% a 2,5%. Com o risco sobre o teto de gastos, o BC não vai mais reduzir juros, porque, nas últimas seis semanas, a expectativa de inflação para 2025 e 2026 descolou da meta. E o juro vai afetar a economia real. Começamos o ano com cenário bom e corremos risco de terminar o último trimestre com crescimento zero, desacelerando.

Valor: O contrário do esperado...

Mansueto: Sim. E ninguém pode culpar o Rio Grande do Sul. Estimamos que o desastre impacta o segundo trimestre, depois o esforço de reconstrução acrescenta **PIB**. Mas, além da indefinição sobre o plano fiscal do governo, há incertezas de carga tributária, da reforma tributária no consumo, receios de mudanças como a da MP 1.227, que tentou limitar a compensação de PIS/Cofins. Isso tudo machuca investimentos. A taxa de investimento caiu de 17,8% do **PIB** em 2022 para 16,5% em 2023. O investimento deve crescer neste ano, mas não em relação ao **PIB**. Não vamos nos enganar: expectativa de **PIB** de 2,5% a 3% não ocorrerá com investimento em 16%.

Valor: A Selic voltará a cair?

Mansueto: Estamos com 10,5% o ano que vem inteiro. Pode mudar se começarmos a ver que o governo vai cumprir a regra fiscal. Com a expectativa de inflação em 4% e 10,5% de juros nominais, é um juro real alto. Se a gente começar a ver a economia desaquecendo, a expectativa de inflação caindo, se ficar cada vez mais claro que, quem quer que seja o novo presidente do BC, terá compromisso de trazer a inflação para a meta, se entrar em um cenário de reversão dessas expectativas tão ruins, podemos retomar ambiente para cortar juro.

Valor: O sr. acredita em contingenciamento em eventual descumprimento da meta este ano?

Mansueto: Talvez o governo ainda tenha que fazer contingenciamento neste ano porque não há mais espaço fiscal para revisar despesa obrigatória para cima. Terá de cortar discricionárias. Muita gente do mercado não acredita no contingenciamento. Nossa visão é que seria necessário contingenciar por volta de

R\$ 15 bilhões para cumprir o teto de 2,5%. Acho possível contingenciamento dessa ordem e o governo cumprir a regra. Há no mercado quem fale em R\$ 40 bilhões. Acho exagerado. Se for isso, claramente é impossível. E, por isso, muita gente acredita que o governo pode mudar a regra.

Valor: E isso fora o empoçamento natural de execução de despesas?

Mansueto: Sim, só que o governo não consegue usar o empoçamento na programação orçamentária. Mas tenho certeza que sobrá recurso da saúde. Quando estive no Tesouro, sempre sobrou, e o orçamento da saúde era perto de R\$ 120 bilhões. Para este ano, é de R\$ 220 bilhões, maior do que na pandemia. Possivelmente, com o empoçamento e alguma medida adicional, talvez consigam cumprir a meta inferior do primário.

Valor: E sem gatilho para 2025.

Mansueto: Exatamente. Mesmo assim, quando se inclui Rio Grande do Sul e Estados e municípios, estamos falando de déficit primário em torno de 0,6% do **PIB**. No ano passado, foi 2,3%. Há melhora. A questão toda é 2025. Porque houve, em 2023, antecipação do pagamento de precatórios deste ano e há também receitas de 2024 que não se repetem em 2025, como a tributação de fundos exclusivos e offshore. Então, para 2025 será preciso elevar arrecadação.

Valor: Mas é difícil buscar um aumento de arrecadação com a economia já rodando bem, não?

Mansueto: É um desafio, mas o governo vai tentar. O déficit primário esperado pelo BTG para 2024 é de R\$ 76 bilhões. No próximo ano, é de R\$ 132 bilhões. Na verdade, o déficit zero no ano que vem, quando colocamos a margem de tolerância e o precatório, que está fora, pode ser déficit de 0,6% do **PIB**. Nossa projeção está em quase 1,1 % do **PIB**. O governo terá de ganhar 0,5 % do **PIB** até o ano que vem para entregar a meta. Pode haver receitas não recorrentes, como transações tributárias ou pagamento extra de dividendos.

Valor: Mas não precisa de corte de despesas?

Mansueto: Redução de despesa terá de qualquer forma porque, se o governo reestimar a despesa de Previdência deste ano, que se calcula subestimada em R\$ 15 bilhões a R\$ 20 bilhões, automaticamente, há reestimativa para 2025, já que a base aumenta, e eles terão de cortar discricionárias.

Valor: É possível esse corte sem "shutdown" da

máquina pública?

Mansueto: Se for em torno de R\$ 20 bilhões, não dá "shutdown". O contexto não está tão ruim. Se a **inflação** não for para a meta e, até o fim do governo Lula, ficar entre 3,5% e 4%, vai ser o governo com a menor **inflação** média em quatro anos desde o Plano Real. Para fazer isso, vão ter de cortar R\$ 50 bilhões, R\$ 60 bilhões em um ano? Não, para consolidar um cenário melhor, é dar uma sinalização de que vão realmente respeitar o teto de 2,5% e tomar as medidas necessárias para desacelerar o crescimento do gasto público. Hoje, com o cenário que está se formando, se não for revertido, vamos ter os dois últimos anos de governo com crescimento pior do que os dois primeiros.

Valor: O sr. conta com temas que a equipe econômica tem falado, como desvinculações da saúde ou revisão de benefícios assistenciais?

Mansueto: Os parlamentares aceitam discutir vinculações se o Executivo propuser um pacote de controle da despesa. Realmente, quem propõe ajuste fiscal, em qualquer governo, é o Executivo. Ajuste sempre é difícil. Na projeção do governo, até 2026, a despesa primária fica perto de 19% do **PIB**. A arrecadação máxima, pelo histórico, é em torno disso e é onde o governo quer chegar. No final das contas, dá resultado fiscal zero. Mas esses 19% em despesas descontam precatórios. Então, na verdade, é déficit. Para superávit primário de 2% do **PIB** com despesa na casa de 19%, a receita tem de ir a 21% do **PIB**. Nunca chegamos a isso. E, do lado da despesa, cerca de 85% do que o governo paga, exceto juros, está em cinco funções: Previdência, assistência social, saúde, educação e trabalho (seguro-desemprego e abono salarial). A chance de fazer o ajuste que precisa sem mexer nisso é zero.

Valor: Daria para voltar a um nível de despesas em 18% do **PIB**?

Mansueto: É muito difícil, mas vamos supor que volte: Com uma arrecadação de 19% do **PIB**, gera um superávit de 1% do **PIB**, só que isso não estabiliza a dívida pública. Possivelmente, vamos precisar de algo próximo de 2% do **PIB**. Se fizer só pelo lado da despesa, ela terá de ir a 17% do **PIB**. A última vez que o Brasil teve isso foi no início do primeiro governo Dilma. Mas, nessa época, a despesa do **INSS** era 6,5% do **PIB**; hoje, é 8%. Infelizmente, parte do ajuste fiscal que o Brasil vai fazer vai vir de carga tributária.

Valor: Tem como aumentara arrecadação sem ser distorsivo?

Mansueto: Tem, não é fácil. Há coisas que não fazem

sentido no Brasil. Nenhum país do mundo com sistema universal público de saúde permite descontar 100% do gasto privado com saúde da renda tributável. A perda é de cerca de R\$ 25 bilhões anuais. Não precisa acabar, mas coloca um limite. Outra regra sem sentido é que, quando a pessoa completa 65 anos, se é aposentada ou pensionista, a faixa de isenção de IR dobra. A renúncia é de uns R\$ 15 bilhões. Uma terceira regra que não é muito comum é que a carga cai em mais de 50% se for uma pessoa jurídica personalíssima em vez de empregado com carteira de uma empresa.

Valor: O sr. está falando, então, de uma reforma de IR?

Mansueto: Não sei se vai ter força política para isso, mas precisamos entrar no debate. Faria muito mais sentido do que limitar créditos legítimos das empresas ou tributar estoques de grandes fortunas, que não funciona bem em nenhum lugar do mundo. Dos R\$ 519 bilhões [que Lula citou na semana passada em gastos tributários], R\$ 128 bilhões, por exemplo, são do Simples Nacional. Se conseguirem mexer em R\$ 60 bilhões, seria enorme sucesso. Não é fácil, mas tem como conseguir 0,5% do **PIB**.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187910>

É preciso desmistificar a divisão do bolo dos impostos - POLÍTICA E PODER - ROSANE DE OLIVEIRA

ROSANE DE OLIVEIRA

O alarido de deputados federais adeptos da desinformação pode levar algum desavisado a acreditar que, de fato, o Rio Grande do Sul manda mais de R\$ 63 bilhões para o governo federal e só recebe R\$ 26 bilhões (os números variam de acordo com o interlocutor). Essa conta só faria sentido se o Estado e os municípios fossem responsáveis por 100% das políticas públicas, mas a responsabilidade é compartilhada.

É fato que o sistema tributário brasileiro é centralizador e que a União fica com a maior fatia do bolo, mas não se pode pensar apenas no que retorna via Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE e FPM).

Na conta do que a União repassa ao Rio Grande do Sul, é preciso considerar o pagamento de toda a massa de aposentados do **INSS**, os gastos com o Sistema Único de Saúde, aqui incluindo investimentos no Grupo Hospitalar Conceição e no Clínicas, as vacinas e os medicamentos especiais, o custeio das universidades e institutos federais, o subsídio ao crédito agrícola, os salários da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, a Embrapa, as Forças Armadas que atuam no Estado em tempos normais e em casos de calamidade, entre outros. Não se pode imaginar que vem de outro lugar que não dos **impostos** o dinheiro para projetos habitacionais em que as famílias pagam valores simbólicos.

Fundos especiais A reclamação dos governadores do Sul e do Sudeste em relação ao que consideram privilégios do Norte e do Nordeste decorre da existência de fundos criados para garantir investimentos em regiões mais deprimidas.

Isso não significa dar crédito à afirmação de que Sul e Sudeste "sustentam os nordestinos", como dizem os preconceituosos. Boa parte da receita de **impostos** federais atribuída a São Paulo, por exemplo, **cai** nessa conta porque a sede dos grandes bancos e empresas fica no Estado mais rico do país, embora os consumidores sejam de diferentes Estados da federação. -

Enfim, GHC vai ter radioterapia

Parece inacreditável, mas o hospital público que mais atende pacientes com câncer no Rio Grande do Sul, o Nossa Senhora da Conceição, não tem serviço de radioterapia. Não tinha, mas terá a partir de julho, com a inauguração do novo Centro de Oncologia e Hematologia.

Os pacientes já começaram a ser transferidos para as novas instalações, mas o equipamento de radioterapia está em fase de instalação.

A enfermeira Elisabete Storck Duarte, a farmacêutica Stephanie Greiner e o médico e físico Lucas Ost Duarte (foto) não veem a hora de começar a operação do equipamento comprado por R\$ 10 milhões pelo Ministério da Saúde e que permitirá aos pacientes que fazem quimioterapia no Conceição concluírem o tratamento no mesmo complexo. Hoje, o GHC recebe 2 mil pacientes oncológicos por ano e é responsável por 36 mil procedimentos quimioterápicos (40% do total na rede pública em Porto Alegre), mas precisa encaminhá-los para a radioterapia em outro hospital.

O Centro de Oncologia ocupa uma área de 14,3 mil metros quadrados e terá dois aceleradores lineares.

General Câmara pede pressa à União para usar casas vazias

Valeu a pena a persistência do prefeito Helton Barreto (PP), de General Câmara: depois de mais de 30 dias de insistência para que a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) liberasse as 25 casas que estão disponíveis no município para abrigar desalojados pela enchente, surgiu uma luz no fim do túnel.

A SPU e a Caixa foram à cidade fazer a vistoria para liberar as unidades e prometeram autorizar a ocupação. A enchente destruiu 108 casas no município, e 40 famílias ainda precisam ser realocadas.

As residências foram construídas para moradia de militares quando a cidade passou a abrigar o Arsenal

de Guerra.

Mães e filhos no mesmo complexo

Segue mais vivo do que nunca o projeto do Grupo Hospitalar Conceição de transferir o Hospital Fêmeina para o complexo da Zona Norte.

O presidente do GCH, Gilberto Barrichello, diz que é uma questão de lógica e de melhor aproveitamento dos recursos: - Aqui já temos o Hospital da Criança Conceição. Nossa ideia é trazer o Fêmeina para cá, para que mães e filhos fiquem na mesma área.

O GHC está negociando com o Grupo Zaffari a permuta de um terreno de sua propriedade na Avenida Ipiranga por área lindeira, para construir o Fêmeina e o novo Hospital da Criança Conceição.

A ideia é erguê-lo por meio de parceria público-privada.

ALIÁS

A dúvida em relação ao destino do prédio e do valioso terreno ocupado pelo Hospital Fêmeina na Rua Mostadeiro será esclarecida pelo BNDES, quando concluir a modelagem da parceria público-privada para construir o novo hospital materno-infantil no complexo do GHC.

Médicos e pacientes não precisam se preocupar: a mudança não é para agora. São pelo menos dois anos de projeto e cinco para a execução da obra. Certo é que não faltarão interessados no terreno.

MIRANTE

A secretária da Saúde, Arita Bergmann, garante: as cidades provisórias que o governo está montando para abrigar os desalojados da enchente terão assegurado o atendimento de saúde.

Promessa do governador Eduardo Leite para Eldorado do Sul: o Estado vai investir no dique de proteção para que a cidade não volte a ser alagada pelo Guaíba.

Por três semanas, a coluna estará sob responsabilidade do jornalista Paulo Egídio. Até a volta das férias.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240624&edicao=30180>

INSS: dados de 39,5 milhões de beneficiários são expostos

MAIZA SANTOS

Dados sigilosos de cerca de 39,5 milhões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) ficaram expostos a pessoas que não são do órgão. O vazamento ocorreu devido ao instituto ceder centenas de senhas a usuários externos ao longo das últimas décadas e nunca revogar o acesso dessas pessoas quando elas se desvincularam. Após a descoberta, foi feito o desligamento do chamado Suibe (Sistema Único de Informações de Benefícios), que paralisou a produção de estatísticas da **Previdência Social**. A vulnerabilidade do sistema foi confirmada ao jornal Folha de São Paulo pelo presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, que não informou o número exato de senhas de acesso que estavam disponibilizadas. O Suibe é uma ferramenta que não permite conceder novos benefícios, mas contém informações de todos aqueles já existentes. Inclusive, dados cadastrais dos beneficiários, tipo de benefício, valor devido e data de concessão, entre outros. Por meio do Suibe ocorre a produção do Beps (Boletim Estatístico da **Previdência Social**), relatório mensal detalhado das concessões e emissões de benefícios pagos pelo **INSS**. A edição mais recente disponível é de fevereiro de 2024.

Caso caia na mão de criminosos, esses dados podem direcionar potenciais ações fraudulentas. Apesar do **INSS** informar não ter provas concretas sobre o vazamento de dados do Suibe, o órgão acumula diversas reclamações de segurados que tiveram informações sobre benefícios repassadas a terceiros. Há relatos de instituições que entram em contato para oferecer produtos financeiros, como empréstimo consignado, antes mesmo de o beneficiário receber do **INSS** o **comunicado** oficial sobre a concessão.

Após o desligamento do Suibe, as reclamações na ouvidoria envolvendo dados sobre empréstimo consignado caíram no mês de maio, quando a ferramenta foi paralisada. Entre janeiro e março, a média foi de 943 registros de ocorrência por mês. Em abril, o número já havia recuado a 553. Em maio, caiu para 405.

usuários externos

Em sua maioria, os usuários externos do Suibe são servidores de outros ministérios ou representantes de

órgãos que utilizam as informações da Previdência para desenvolver alguma tarefa. O problema, conforme o presidente do **INSS**, é que não havia o controle para retirar o acesso do usuário que deixasse o órgão ou a administração pública. Essas pessoas tinham facilidade em entrar no sistema, pois não era necessário o duplo fator de autenticação nem uso de VPN (ferramenta que limita o acesso a usuários de uma mesma rede privada, mais segura).

Mesmo que os usuários externos não usassem as informações para atos criminosos, a conclusão do **INSS** é que os dados eram frágeis, deixando vulneráveis as informações dos 39,5 milhões de beneficiários.

"Eu achava, honestamente, que isso estava numa governança melhor. Não quer dizer, porque você tem um portão aberto, que a casa vai ser roubada. Mas pode ser mais roubada do que com o portão fechado. O que eu fiz foi fechar o portão. Mande suspender todos [os usuários externos]. Tirei da tomada, falei 'reorganizem'", afirma Stefanutto.

A solução tecnológica do Suibe é fornecida pela Dataprev, empresa de tecnologia do governo federal. Procurada, ela disse que "informações sobre o Suibe devem ser solicitadas ao **INSS**, órgão gestor do sistema". Além disso, o **INSS** não sabe informar quais informações e de quais beneficiários os usuários externos acessaram. O monitoramento é feito pelo volume de dados extraídos. Quando esse volume é muito elevado, o sistema dispara um alerta, e o endereço IP é bloqueado.

O órgão percebeu a exposição quando foi informado que um IP havia puxado centenas de dados e, devido a isso, foi bloqueado. Ao verificar a quantidade de senhas externas, o órgão mandou suspender todos os acessos. O presidente do órgão reconheceu que nunca havia se perguntado antes sobre quem tinha acesso ao repositório de dados. "Até então eu não sabia. Isso aí deve estar num acervo construído ao longo de décadas", diz.

roubo de senhas

O roubo de senhas foi o artifício usado por fraudadores em outro episódio: a invasão do Siafi, sistema de pagamentos da União. Criminosos

acessaram a plataforma com senhas de servidores no gov.br e desviaram pelo menos R\$ 15 milhões. Até hoje, o caso segue sem solução. Segundo Stefanutto, o acesso ao Suibe já foi restabelecido sob novas regras, que exigem acesso com VPN e uso de certificado digital emitido pelo Serpro, empresa de tecnologia do governo federal.

Devido a isso, o número de senhas também está restrito: foram autorizados 11 acessos, requeridos por cinco órgãos: Polícia Federal, CGU (Controladoria-Geral da União), TCU (Tribunal de Contas da União) e os ministérios do Desenvolvimento Social e Agricultura.

Segundo o presidente do **INSS**, foi realizada a correção de outras vulnerabilidades, como a possibilidade de servidores do órgão acessarem o sistema de concessão de benefícios apenas com usuário e senha. A instituição também passou a cobrar o uso do certificado digital.

O Suibe é um sistema que contém informações de todos os benefícios existentes

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Seminário - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Foi realizado no Rio de Janeiro, nos dias 18 e 19 desse mês, Seminário Nacional de Conclusão do Grupo de Trabalho Petros. Participamos do evento pela Associação dos Mantenedores-Beneficiários da Petros (Ambep). Assistimos excelentes exposições mostrando-nos a verdadeira realidade do Fundo de Pensão Petros que está sendo visivelmente prejudicado com a falta de aportes da Petrobrás. Tivemos a oportunidade de mostrar que não é só a Petrobrás que prejudica o Fundo de Pensão, mas o Governo que a partir de 1991 promoveu o massacre quando desvinculou os reajustes anuais da **Previdência Social** do mesmo índice aplicado ao salário mínimo. Mostramos, em detalhes, a redução nos proventos das aposentadorias e pensões pagas pelo **INSS** e o quanto é desembolsado pelo Plano Petros.

REGULARIZAÇÃO

O Fundo de Pensão Petros, ou seja, a Fundação Petrobrás de **Seguridade Social** Petros, foi criada em 1º de julho de 1970, quando os reajustes dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) se igualavam. Com a desvinculação inexplicável e imprópria promovida no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, setembro de 1991, o Fundo de Pensão Petros passou a acumular prejuízos que podemos até dizer: incalculáveis. Os mantenedores-beneficiários da Petros não reivindicam favores, mas sim o que lhes é devido por direito. Por isso aguardam que a Petrobrás quite as suas dívidas e os reajustes dos benefícios previdenciários sejam efetivados com o mesmo índice percentual concedido ao salário mínimo.

INSENSIBILIDADE

A atualização e regularização nos proventos das aposentadorias e pensões estão sendo reivindicadas desde 2003 pelo Projeto de Lei nº58/2003. Convém destacar que este PL já foi aprovado por unanimidade, e repetiremos esta informação quantas vezes for necessária, no Senado Federal e na Comissão de **Seguridade Social** e Família da Câmara dos Deputados. Neste colegiado está para apreciação, votação e aprovação desde 2008 com o Projeto de Lei nº4434/2008. Já se passam 16 anos, demonstrando-se a insensibilidade dos deputados federais para com os aposentados e pensio-

nistas, participantes do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Injustiça!

VIGÍLIA

A vigília promovida pelos petroleiros da ativa e pelos aposentados ex-empregados da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás, é pertinente nesta hora em que o Fundo de Pensão Petros está com dificuldades no cumprimento obrigatório de suas atribuições. É premente e urgente firmes e decisivas ações para regularizações imedia-tíssimas na solução dos problemas que afligem o pleno funcionamento da Fundação Petros. O Ato Reivindicatório em frente às instalações da maior empresa da América Latina está revestido do direito que tem que ser respeitado, eliminando-se definitivamente os Planos de Equacionamentos de Déficits (PED's), que têm levado um número elevadíssimo de petroleiros ao desespero.

PREJUÍZOS

Os Planos de Equacionamento de Déficits da Petros (PEDs) é uma demonstração da insensibilidade dos que, sem medir as consequências nefastas que causam insatisfação e prejuízos irreparáveis na qualidade de vida dos mantenedores-beneficiários, julgam existir a normalidade de ações. Não aceitamos e refutamos, com veemência, ações dessa natureza. A atual presidente da Petrobrás, ao que soubemos, também, vítima dos PEDs, como ex-petroleira, e por suas declarações afirmativas sobre o funcionamento da Petrobrás, saberá agir de forma convicta na correção do malfeito, fazendo retornar o espírito solidário dos petroleiros de seus companheiros.

GARANTIA

Aposentados e pensionistas têm que ter a garantia do estabelecido no artigo 201, parágrafo 4º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assegura o reajustamento dos benefícios previdenciários para preservar-lhes em caráter permanente o valor real. Portanto, conceder-lhes reajuste que não condizem com a realidade é desrespeito ao dispositivo constitucional, ferindo-o frontalmente, assim entendem os contribuintes, segurados e beneficiários do **INSS**.

BEM

"O bem - não basta querê-lo, é preciso fazê-lo para

que ele triunfe de verdade" (I. Nievo).

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6

Publicado em 24/06/2024 - 07:15
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta segunda-feira (24) a parcela de junho do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 6.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 683,75. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 20,84 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,23 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 170 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas

pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 200 mil famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,58 milhões de famílias estão na regra de proteção em junho. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,54.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta segunda-feira às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 6. O valor foi mantido em R\$ 102, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,8 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-06/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-6>

INSS começa a pagar aposentadorias de junho com antecipação no RS; veja calendário (inss)

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) começa a pagar a partir desta segunda-feira (24) aposentadorias, pensões e demais benefícios de junho. Os beneficiados que moram nas cidades atingidas pelas chuvas no Rio Grande do Sul receberão de forma antecipada, no primeiro dia do calendário.

O **INSS** esclarece que a suposta antecipação do calendário de pagamentos de aposentados e pensionistas no país que circulou nas redes sociais só se estende a moradores do RS. Não há esse adiantamento para todos.

Além disso, a falsa informação de que haverá mudanças no calendário da Previdência, com pagamentos conforme o final do NIS (Número de Identificação Social) não se aplica. Essa regra vale apenas para quem recebe o Bolsa Família.

Recebem primeiro os cidadãos com renda previdenciária de até um salário mínimo, de R\$ 1.412 em 2024. Depois, são pagos os benefícios maiores, acima do mínimo até o teto previdenciário. Os depósitos são feitos conforme o número final do benefício, sem considerar o dígito verificador.

Os benefícios serão pagos de 24 de junho a 5 de julho. O pagamento cai na conta informada ao se aposentar. Quem escolhe receber por conta-benefício deve ir até o banco sacar os valores no caixa eletrônico.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Para quem recebe um salário mínimo

Para quem recebe acima do salário mínimo

Para quem recebe o salário mínimo

Para quem recebe acima do salário mínimo

Os pagamentos de benefícios do **INSS** são feitos

conforme o mês de competência. A liberação dos valores é feita no final de cada mês e adentra o início do mês seguinte. Por exemplo: a competência de maio começa a ser paga no final de maio e vai até o início de junho.

Para liberar os valores, leva-se em conta o número final do benefício, sem o dígito verificador. Recebem primeiro os segurados cujo valor do benefício é de um salário mínimo (R\$ 1.412) e, depois, os beneficiários que ganham mais, até o teto do **INSS**.

Todos os segurados que recebem um benefício previdenciário têm direito ao pagamento do benefício mensal, na data estipulada pelo calendário anual do instituto. No caso dos beneficiários do Sul, os valores antecipados serão liberados no dia 24 apenas para os que moram nos municípios em estado de calamidade pública.

Segundo o Ministério da **Previdência Social**, o objetivo é ajudar beneficiários que estejam em dificuldades por causa da situação de calamidade pública nos municípios atingidos por chuvas nos últimos dias. Houve ainda a opção de antecipar um mês de benefício. Neste caso, o cidadão devolve a renda depois, de forma parcelada.

Os segurados podem consultar os valores no site Meu **INSS**. Após fazer o login, na tela inicial, clique no serviço de "Extrato de Pagamento". A consulta também pode ser feita pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para aparelhos com sistemas Android e iOS.

Caso não tenha acesso à internet, basta ligar para a Central 135. Será preciso informar o número do CPF e confirmar informações cadastrais para evitar fraudes. O atendimento está disponível de segunda-feira a sábado, das 7h às 22h.

Pela internet, é possível conferir se está tudo correto com os valores do benefício do **INSS** ou com a data, além de checar em qual banco ocorrerá o pagamento do benefício

Para correntistas do Banco do Brasil e da Caixa

também é possível usar os serviços de home banking acessando a opção:

O segurado pode consultar mensalmente o Meu **INSS** para saber se há empréstimos que geram desconto no benefício

Os valores são depositados na conta do beneficiário, seja ela aberta na hora da aposentadoria ou alguma conta-corrente ou poupança que o segurado tenha indicado.

O cidadão que tem conta-benefício deve fazer o saque do dinheiro ou a transferência. Neste modelo, não é possível usar a função débito.

Quem recebe por conta-corrente pode fazer as movimentações bancárias habituais, como pagar contas com o cartão ou por Pix, fazer transferências e demais negociações, assim como quem tem conta-poupança.

Quem não recebeu o pagamento de algum benefício pode solicitar ao **INSS** os valores não recebidos

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

***[https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/inss-
comeca-a-pagar-aposentadorias-de-junho-com-
antecipacao-no-rs-veja-calendario.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/inss-comeca-a-pagar-aposentadorias-de-junho-com-antecipacao-no-rs-veja-calendario.shtml)***

Justiça Federal libera R\$ 2,06 bilhões em atrasados do INSS; veja quem recebe (Previdência)

O CJF (Conselho da Justiça Federal) disponibilizou R\$ 2,06 bilhões para o pagamento de atrasados a aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

O valor será repassado a quem venceu ações contra o órgão para que houvesse a concessão ou a revisão de benefício como aposentadoria, auxílio-doença, pensão de morte e outros.

As quantias serão para pagar as RPVs (Requisições de Pequeno Valor) de até 60 salários mínimos, que equivale a R\$ 84.720 neste ano, de 134,5 mil segurados em 101,2 mil processos que tiveram o pagamento determinado pelos juízes em maio.

O depósito para o beneficiário dependerá de cada tribunal e a pessoa que receberá o atraso deve consultar o site do TRF (Tribunal Regional Federal) de sua região.

A previsão é que o pagamento ocorra em até duas semanas após o início do processamento, que é a etapa na qual se abrem contas na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil em nome dos segurados ou de seus advogados.

As RPVs são ações com valores de até 60 salários mínimos. Elas têm o pagamento feito de forma mais rápida, em até dois meses após a ordem do juiz, etapa chamada de autuação. Com isso, quando um cidadão tem o atrasado liberado em maio, por exemplo, o pagamento deve ser feito até julho, conforme diz a lei.

Além das ações previdenciárias, o CJF liberou valores para o pagamento de outros processos, que envolvem, por exemplo, ações de **servidores públicos** contra a União por cobrança de verbas salariais. Ao todo, foram liberados R\$ 2,4 bilhões para quitar dívidas do governo em 163,8 mil processos, com 208.239 beneficiários.

O dinheiro é pago mensalmente pelo governo federal ao Conselho da Justiça Federal, que destina os valores aos TRFs (Tribunais Regionais Federais) de todo o país. Cabe aos TRFs, segundo cronogramas próprios, o depósito dos recursos.

Para saber quando irá receber, o segurado que tem uma ação contra a Previdência pode fazer a consulta no site do tribunal responsável pelo caso. A consulta é feita pelo CPF ou pela OAB do advogado. É preciso que a RPV tenha sido liberada em uma data do mês de maio.

Em São Paulo e Mato Grosso do Sul, o TRF responsável é o da 3ª Região, e o site para consulta é o trf3.jus.br. O segurado deve informar seu CPF ou OAB do advogado da causa ou ainda o número do processo. Veja o passo a passo:

A data de pagamento dos precatórios ou RPVs depende de quando o juiz mandou o **INSS** quitar a dívida e de quando ação chegou totalmente ao final. Precatórios liberados até 2 de maio de um ano são pagos no ano seguinte. RPVs são quitadas em até dois meses após a ordem de pagamento do juiz.

No caso da RPV de maio, cujo dinheiro foi liberado em junho e o pagamento é feito até julho, é preciso que, na consulta, apareça um dia do mês de maio.

Ao fazer a consulta no site do TRF responsável, aparecerá a sigla RPV, para requisição de pequeno valor, ou PRC, para precatório. Em geral, o segurado já sabe se irá receber por RPV ou precatório antes mesmo do fim do processo, porque os cálculos são apresentados antes.

Os precatórios são ações acima de 60 salários mínimos. Já as RPVs são processos até 60 salários mínimos. Os precatórios são pagos uma vez por ano e as RPVs, em até 60 dias após a ordem de pagamento do juiz, chamada de autuação.

TRF da 1ª Região (sede no DF, com jurisdição no DF, GO, TO, MT, BA, PI, MA, PA, AM, AC, RR, RO e AP)

TRF da 2ª Região (sede no RJ, com jurisdição no RJ e ES)

TRF da 3ª Região (sede em SP, com jurisdição em SP e MS)

TRF da 4ª Região (sede no RS, com jurisdição no RS, PR e SC)

TRF da 5ª Região (sede em PE, com jurisdição em PE, CE, AL, SE, RN e PB)

TRF da 6ª Região (sede em MG, com jurisdição em MG)

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/justica-federal-libera-r-206-bilhoes-em-atrasados-do-inss-veja-quem-recebe.shtml>

Pagamentos de junho para aposentados e pensionistas do INSS começa nesta segunda-feira; veja calendário e como consultar

Por Isabela Bolzani, g1

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começa a fazer os pagamentos de junho de aposentados e pensionistas que recebem até um salário mínimo (R\$ 1.412) nesta segunda-feira (24). Veja como saber quanto vai receber.

Para aqueles que recebem acima desse valor, os pagamentos só começarão em 1º de julho.

Os primeiros a receber serão os beneficiários com Número de Identificação Social (NIS) com final 1. (veja o calendário mais abaixo)

Também receberão nesta segunda-feira os beneficiários que residem no Rio Grande do Sul e foram atingidos pelas fortes chuvas que inundaram o estado em maio.

Segundo o **INSS**, a antecipação do calendário para essas pessoas vai prevalecer até que seja determinado o fim do estado de calamidade pública do RS.

Atualmente, segundo o instituto, são pagos mensalmente 39,9 milhões de benefícios.

Confira o calendário de pagamentos do **INSS** deste mês:

Final do NIS: 1 - pagamento em 24/06
Final do NIS: 2 - pagamento em 25/06
Final do NIS: 3 - pagamento em 26/06
Final do NIS: 4 - pagamento em 27/06
Final do NIS: 5 - pagamento em 28/06
Final do NIS: 6 - pagamento em 01/07
Final do NIS: 7 - pagamento em 02/07
Final do NIS: 8 - pagamento em 03/07
Final do NIS: 9 - pagamento em 04/07
Final do NIS: 0 - pagamento em 05/07

Como saber quanto vai receber?

Os segurados podem consultar os valores no site ou no aplicativo Meu **INSS**. Veja como:

Abra o site ou aplicativo Meu **INSS**, disponível para os sistemas Android e iOS; Faça login na tela

inicial; Clique no serviço de Extrato de pagamento para ter acesso ao extrato e todos os detalhes sobre o pagamento do benefício.

Já caso o segurado não tenha acesso à internet, ele precisará ligar para a Central 135. Ao fazer a chamada, basta informar o número do CPF e confirmar algumas informações cadastrais para evitar fraudes. Nesse caso, o atendimento está disponível de segunda-feira a sábado, das 7h às 22h.

Como transferir o local de recebimento do benefício?

Segundo o **INSS**, aqueles que precisarem transferir o local de recebimento do benefício poderão fazer todo o processo pelo site ou aplicativo Meu **INSS**, não sendo necessário ir até uma agência da Previdência.

Para isso, basta fazer login na página inicial e fazer a solicitação por meio do serviço Alterar local e forma de pagamento. Caso o beneficiário não tenha acesso à internet, também poderá fazer o pedido por meio da Central 135.

Vale lembrar que o pagamento de benefícios é feito por meio de cartão magnético, sem necessidade de abertura de conta bancária e sem custos adicionais ao beneficiário.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/06/24/pagamentos-inss.ghtml>

Justiça Federal libera R\$ 2,06 bilhões em atrasados do INSS; veja quem recebe (Previdência)

Fernando Narazaki

O CJF (Conselho da Justiça Federal) disponibilizou R\$ 2,06 bilhões para o pagamento de atrasados a aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

O valor será repassado a quem venceu ações contra o órgão para que houvesse a concessão ou a revisão de benefício como aposentadoria, auxílio-doença, pensão de morte e outros.

As quantias serão para pagar as RPVs (Requisições de Pequeno Valor) de até 60 salários mínimos, que equivale a R\$ 84.720 neste ano, de 134,5 mil segurados em 101,2 mil processos que tiveram o pagamento determinado pelos juízes em maio.

O depósito para o beneficiário dependerá de cada tribunal e a pessoa que receberá o atraso deve consultar o site do TRF (Tribunal Regional Federal) de sua região.

A previsão é que o pagamento ocorra em até duas semanas após o início do processamento, que é a etapa na qual se abrem contas na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil em nome dos segurados ou de seus advogados.

As RPVs são ações com valores de até 60 salários mínimos. Elas têm o pagamento feito de forma mais rápida, em até dois meses após a ordem do juiz, etapa chamada de autuação. Com isso, quando um cidadão tem o atrasado liberado em maio, por exemplo, o pagamento deve ser feito até julho, conforme diz a lei.

Além das ações previdenciárias, o CJF liberou valores para o pagamento de outros processos, que envolvem, por exemplo, ações de **servidores públicos** contra a União por cobrança de verbas salariais. Ao todo, foram liberados R\$ 2,4 bilhões para quitar dívidas do governo em 163,8 mil processos, com 208.239 beneficiários.

O dinheiro é pago mensalmente pelo governo federal ao Conselho da Justiça Federal, que destina os valores aos TRFs (Tribunais Regionais Federais) de

todo o país. Cabe aos TRFs, segundo cronogramas próprios, o depósito dos recursos.

Para saber quando irá receber, o segurado que tem uma ação contra a Previdência pode fazer a consulta no site do tribunal responsável pelo caso. A consulta é feita pelo CPF ou pela OAB do advogado. É preciso que a RPV tenha sido liberada em uma data do mês de maio.

Em São Paulo e Mato Grosso do Sul, o TRF responsável é o da 3ª Região, e o site para consulta é o trf3.jus.br. O segurado deve informar seu CPF ou OAB do advogado da causa ou ainda o número do processo. Veja o passo a passo:

A data de pagamento dos precatórios ou RPVs depende de quando o juiz mandou o **INSS** quitar a dívida e de quando ação chegou totalmente ao final. Precatórios liberados até 2 de maio de um ano são pagos no ano seguinte. RPVs são quitadas em até dois meses após a ordem de pagamento do juiz.

No caso da RPV de maio, cujo dinheiro foi liberado em junho e o pagamento é feito até julho, é preciso que, na consulta, apareça um dia do mês de maio.

Ao fazer a consulta no site do TRF responsável, aparecerá a sigla RPV, para requisição de pequeno valor, ou PRC, para precatório. Em geral, o segurado já sabe se irá receber por RPV ou precatório antes mesmo do fim do processo, porque os cálculos são apresentados antes.

Os precatórios são ações acima de 60 salários mínimos. Já as RPVs são processos até 60 salários mínimos. Os precatórios são pagos uma vez por ano e as RPVs, em até 60 dias após a ordem de pagamento do juiz, chamada de autuação.

TRF da 1ª Região (sede no DF, com jurisdição no DF, GO, TO, MT, BA, PI, MA, PA, AM, AC, RR, RO e AP)

TRF da 2ª Região (sede no RJ, com jurisdição no RJ e ES)

TRF da 3ª Região (sede em SP, com jurisdição em SP)

e MS)

TRF da 4ª Região (sede no RS, com jurisdição no RS, PR e SC)

TRF da 5ª Região (sede em PE, com jurisdição em PE, CE, AL, SE, RN e PB)

TRF da 6ª Região (sede em MG, com jurisdição em MG)

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/justica-federal-libera-r-206-bilhoes-em-atrasados-do-inss-veja-quem-recebe.shtml>

Brasileiro não aceita mais que hiperinflação volte, afirma Malan

Lu Aiko Otta De Brasília

Prestes a completar 30 anos no próximo dia 1º, a estabilização de preços proporcionada pelo Plano Real foi apenas um primeiro passo de um projeto de transformação da economia brasileira, disse ao Valor o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan, que comandou a área econômica do governo nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Após domar a **inflação**, havia toda uma agenda de reformas econômicas a ser implementada. Muitas delas ainda estão sobre a mesa. É o caso do debate sobre a estrutura das despesas obrigatórias do governo, tema que foi levado na semana passada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Si-mone Tebet (Planejamento).

Documentos elaborados antes do lançamento do Real continuam atuais nesse debate, ressaltou o ex-ministro, que nesta terça-feira (25) lança em São Paulo, o livro "30 Anos do Real - Crônicas no Calor do Momento", pela editora Intrínseca.

A publicação reúne artigos publicados por Malan e outros dois "pais" do plano de estabilização, Edmar Bacha e Gustavo Franco (organizador), além de um artigo escrito por Fernando Henrique Cardoso em 2019. O livro é dedicado ao ex-presidente, cuja liderança política é apontada como peça fundamental do sucesso do plano de estabilização.

O propósito do livro não é trazer bastidores sobre a elaboração do plano, e sim discutir a tentativa de consolidação do projeto do Real ao longo dos últimos 30 anos, além de contribuir para o debate atual, explicou o ex-ministro.

Organizado em seis partes - primeiros anos, dez anos, 15 anos, 20 anos, 25 anos e 30 anos -, mostra a batalha da construção do tripé macroeconômico que persiste até hoje e como o projeto resistiu à alternância do poder, com a eleição de Lula em 2002.

O Real completou 20 anos em meio ao experimento da Nova Matriz Macroeconômica e, na definição de Franco à época, o momento "mais cercado de dúvidas sobre a coisa conquistada".

Também hoje há o debate em torno da adoção de uma política keynesiana, apesar dos resultados da tentativa anterior. Ao mesmo tempo, outros integrantes do governo se esforçam para colocar em debate a estrutura do orçamento - algo que deve ser intensificado, na visão do ex-ministro.

"Acredito que a história é um diálogo infundável entre o passado e o futuro", afirmou ele, a respeito do livro. "O objetivo é mostrar como essas coisas estão ligadas: o passado estabelece certas restrições, mas também certas oportunidades e possibilidades que o futuro sempre encerra." A seguir, os principais trechos da entrevista.

O pré-Real - não foi só o "Larida"

Havia um debate acadêmico uma década antes do lançamento do Real. Para muitos, o ponto de partida é o trabalho do André Lara Resende e Pêrsio Arida [Larida], mas houve várias outras contribuições. Em 1977 começou a ser conversada a criação do programa de mestrado e de ensino e pesquisa do Departamento de Economia da PUC [do Rio]. O Dionísio Dias Carneiro organizou um livro e tem um excelente artigo chamado "Brasil, Dilemas de Política Econômica", que vale a pena ser lido hoje. Meu artigo é sobre o setor externo, o do Francisco Lopes, sobre problemas da **inflação** no Brasil, o do Rogério Werneck, sobre crescimento rápido e equidade distributiva.

O pré-Real - planos fracassados

Teve um aprendizado com a experiência de seis tentativas de estabilização: Cruzado I, Cruzado II, de 1986, o Plano Bresser, de 1987, Plano Verão, na virada de 1988 para 1989, Plano Collor I, em 1990, Collor II, em 1991. Foi uma tentativa de, na prática, lidar com a marcha da insensatez que era a **inflação** brasileira: estava em 20% no início dos anos 1970, mais de 40% em meados dos anos 1970, 100% em 1980, 240% em 1985, 1.000% em 1988, 1989, 2.300% em 1993.

Origem da força do Real - aprendizados

Houve um aprendizado derivado da discussão acadêmica de uma década. E as tentativas de estabilização, que, se não deram certo, têm

aprendizados e envolvidos. O Edmar Bacha, o André Lara e o Pêrsio, por exemplo, se envolveram muito no Cruzado e descobriram a força enorme do efeito do congelamento de preços sobre o sistema político e sobre o eleitorado. Era para durar pouco tempo, mas durou até as eleições. [Nas eleições daquele ano, o PMDB elegeu 22 dos então 23 governadores.]

Origem da força do Real - o time

A força do Real vem de uma combinação única. Primeiro, a ida de Fernando Henrique Cardoso do Ministério das Relações Exteriores para o da Fazenda, na terceira semana de maio de 1993. E da capacidade de um político experimentado como o Fernando Henrique. Ele conseguiu juntar em torno de si um grupo de pessoas: Clóvis Carvalho como secretário-executivo; Winston Fritsch e Gustavo Franco para a Secretaria de Política Econômica; Edmar Bacha, que não pôde assumir uma posição lá. E, em agosto de 1993, ele conseguiu atrair para o governo a mim, ao André Lara e ao Pêrsio. E foi ali, em agosto de 1993, que formou-se a massa crítica que permitiu um ataque à inflação.

Origem da força do Real - o povo e as urnas

A força do Real foi o seu sucesso e a aceitação que teve por parte da população. Vem do fato que a esmagadora maioria da população brasileira hoje percebe que a preservação da inflação sob controle é a preservação do poder de compra do salário do trabalhador brasileiro. E antes-para usar uma expressão do Millôr Fernandes - sobrava cada vez mais mês no fim do salário do trabalhador. É a preservação do poder de compra das transferências diretas de renda, que hoje assumiram uma dimensão extraordinariamente significativa no Brasil. Para ter uma ideia: dos 26 Estados brasileiros mais Distrito Federal, em 15 a população que recebe essas transferências diretas de renda é superior àquela que tem carteira assinada. Então, eu acho que criou raízes entre nós a ideia de que qualquer governante que tenha uma atitude excessivamente leniente, complacente, descuidado com a inflação será punido nas urnas. É uma característica da democracia que é importante preservar. Isso não aparecia com clareza durante a vigência do regime militar, mas numa democracia é muito importante essa consideração.

Sem risco de retrocesso no Real

Acho que não voltaremos, em hipótese alguma, àquele tipo de hiperinflação que nós tivemos. Porque o governo no qual essa aceleração começa certamente é substituído nas urnas pelo eleitorado, que percebeu a importância da preservação da inflação sob controle.

Ajuste fiscal, velho desafio

Há alguns marcos importantes. Eu mencionei aqui que o Fernando Henrique foi nomeado ministro da Fazenda em maio de 1993. Três semanas depois, o governo lançou um Programa de Ação Imediata (PAI). Ele merece ser lido hoje. São 13 ou 14 páginas, que começam lembrando que só havia quatro países no mundo que tinham inflação de mais de 1.000%. Eram a Rússia - o império soviético havia colapsado dois anos antes -, a Ucrânia, associada a isso, e o Congo, em guerra civil. E o Brasil era o quarto desses países. As outras eram economias totalmente desarticuladas, mas o Brasil não. A economia, bem ou mal, com a indexação, ela vinha funcionando, mas a hiperinflação era o grande desafio. Esse Programa de Ação Imediata, ele fala abertamente, no começo, da desordem das contas públicas.

Dívida externa

Outro marco importante foi que em 29 de novembro de 1993 nós encerramos o processo de renegociação da dívida externa brasileira. Assinamos nosso acordo com 700 e tantos credores privados do Brasil. O acordo com os credores oficiais já havia sido alcançado em janeiro de 1992.

Real sem susto

E teve um documento que eu acho fundamental. No dia 7 de dezembro de 1993, o Ministério da Fazenda encaminhou ao presidente Itamar Franco uma exposição de motivos - 395, se não me engano. O primeiro pilar ali era a parte fiscal. O equilíbrio tinha que ser obtido para o biênio 1994-95, e exigia ações no Congresso. O segundo era uma lista grande das propostas de emendas constitucionais. E o terceiro era a reforma monetária. Foi dito que nós estaríamos lançando uma unidade de conta, uma referência para contratos [a Unidade Real de Valor, URV]. Ela não teria propriedade de meios de pagamento de início, mas circularia, estaria em vigência junto com o Cruzeiro Real, que era a moeda, até que a economia se recontractasse em URVs. Quando aquela recontractação tivesse assumido um certo ponto, ela seria convertida no Real, como foi.

Consolidação do Real - reformas

Nós estamos comemorando agora os 30 anos do lançamento do Real, mas também os 25 anos e meio do regime de taxa de câmbio flutuante, os 25 anos agora em junho do regime de metas de inflação, os 24 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal. E fizemos inúmeras reformas ao longo desse período, ainda nos anos 1990. Reduzimos o número de bancos estaduais

de mais de 30 para pouco mais de meia dúzia. Vários deles estavam insolventes, não podiam sobreviver após perder a receita inflacionária. Fizemos capitalização do Banco do Brasil e da Caixa, intervimos nos bancos privados - houve processo de consolidação, vários foram liquidados. Fizemos privatização de siderúrgica, do setor elétrico, das telecomunicações.

Além da inflação, social

As transferências diretas de renda começaram ainda no governo Fernando Henrique Cardoso. Entre 3,5 milhões e 4 milhões já recebiam transferências diretas de renda sob várias denominações. O Lula, depois de tentar o Fome Zero, juntou todos os programas do governo Fernando Henrique Cardoso.

Vai mudar?

Essa é a discussão do momento, não é? Acho que o segundo governo Lula, assim como o primeiro, foi ajudado enormemente por um ciclo [de crescimento da economia global] que foi o mais longo, o mais profundo e o mais amplamente disseminado da história. Aquilo se expressou no apoio que ele recebeu nas urnas, a eleição para Lula 2, e depois fazer a sua sucessora em 2010. O que eu acho é que a ideia de que é possível fazer uma aceleração do crescimento através de uma política keynesiana de caráter permanente, é aquilo que o André Lara Resende chamou de armadilha macroeconômica brasileira. Quando a demanda cresce de maneira significativa, na expectativa de que a oferta doméstica responda em prazo hábil mas isso não ocorre], o país enfrenta pressões inflacionárias ou então desequilíbrio em balanço de pagamentos, porque passa a depender de importações. Então, não bastam as intenções.

Revisão de gastos

Isso é algo que vem sendo cobrado há muito tempo. Não é simples, não é trivial. Escrevi em 14 de abril deste ano um artigo que se chama "Em Busca da Eficiência no Gasto Público". E eu faço menção a uma entrevista coletiva da presidente Dilma Rousseff no fim de outubro de 2014, logo após a eleição. Eu vou citar textualmente: "Ao longo do governo, você descobre várias contas que podem ser reduzidas. O que vamos tentar é um processo de ajuste em todas as contas do governo. Vamos visitar cada uma e olhar com lupa o que dá para reduzir, o que dá para tirar, o que dá para modificar". E eu escrevi: "Surpreendentes palavras. Tardias, sem dúvida, para quem passara cinco anos e meio como ministra-chefe da Casa Civil e mais quatro na Presidência da República". E não deixei de notar que os jornais registraram também o recado complementar da presidente Dilma: "Mas estou

dizendo que vou manter o emprego e a renda, ponham na cabeça isso". Os brasileiros de boa informação e memória sabem o que aconteceu com essas duas variáveis em 2015 e 2016. No segundo mandato de Dilma, nós tivemos uma recessão seriíssima, derivadas das dificuldades de fazer isso que ela intuiu muito tardiamente: que é preciso tentar um processo de ajuste. Não é trivial, mas governar é fazer escolhas, definir prioridades.

Indústria naval

É perfeitamente razoável que se queira expandir os gastos em uma determinada coisa considerada prioritária pelo governo. Mas a boa prática sugere identificar qual é a fonte de financiamento e, segundo, qual é o outro gasto que será reduzido ou modificado. Não basta a intenção de construir uma indústria naval que vai competir com as melhores do mundo porque é desejável o objetivo. Nossa experiência mostra que nem sempre tudo que é desejável é factível. Exige discussão, e o locus dessa discussão deve ser o Orçamento, assim nos outros países do mundo.

Nova reforma da Previdência

No nosso Orçamento sobram menos de 10% para decisões discricionárias de gasto. A tendência é que esse espaço, que já é muito reduzido hoje, vá se reduzindo a ponto de - se nada for feito até lá - praticamente desaparecer. É uma questão de longo prazo, mas tem que ter consciência dela. Decisões difíceis têm que ser tomadas. Eu espero que isso tenha lugar ao longo dos próximos três anos, e nos próximos quatro que se seguirão depois, pelo menos. Tem questões de longuíssimo prazo: a área de demografia e previdência. Nós vamos ter uma nova reforma da Previdência Social, em algum momento, logo no começo dos anos 2030 - se não antes. Porque as pessoas precisam fazer conta.

Luz no fim do túnel

Mas não significa que não haja solução. Eu acho que tem solução para isso, mas o grau de percepção da natureza do problema tem que ser maior do que tem sido até o momento. Tem aumentado. Eu acho que tem gente no governo que está fazendo um esforço sério para tentar fazer com que essa questão assuma uma importância crescente no debate público.

O livro

Não é um livro que procura contar uma história de bastidores. E não é que alguém agora, neste ano de 2024, com o benefício de sabedor de tudo o que aconteceu, fala sobre o que aconteceu. Foram textos escritos no calor da hora. Mostram a nossa

preocupação com o processo de consolidação do Real. Para nós, era uma agenda pós-Real, e ela se confundia, era parte integrante, da própria agenda do desenvolvimento econômico, social e político-institucional do Brasil. Acredito que a história é um diálogo infundável entre o passado e o futuro. O objetivo é mostrar não só o que aconteceu, para revolver a memória, mas para mostrar como essas coisas estão ligadas: o passado estabelece certas restrições, mas também certas oportunidades e possibilidades que o futuro sempre encerra.

"Não é trivial, mas governar é fazer escolhas, definir prioridades"

"Acredito que a história é um diálogo infundável entre passado e futuro"

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187910?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187910?page=1§ion=1)**

"O Plano Real foi bem-sucedido"

» ROSANA HESSEL

» Entrevista | EDMAR BACHA | economista, escritor

O Plano Real, que completará 30 anos em 1º de julho, tem o mérito de fazer com que os jovens da geração Z não tenham a mínima ideia do que é viver com uma hiperinflação. O economista e escritor Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real, que começou a ser criado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), onde ele era professor, recorda, em entrevista ao Correio, como o real foi criado.

Ao olhar para trás, Bacha, que também participou do fracassado Plano Cruzado no controle da **inflação**, avalia que o Plano Real foi bem-sucedido em seu propósito. "O Plano Real foi bem-sucedido no propósito básico dele", afirma o imortal, dono da cadeira 40 da Academia Brasileira de Letras (ABL).

O economista, contudo, reconhece que ainda não dá para ser otimista em relação ao Brasil, pois falta mais equidade tributária e uma maior abertura da economia. Bacha, que cunhou o termo Belíndia para definir o Brasil como uma junção da Bélgica, um país pequeno e rico, com a Índia, um país grande e pobre, afirma que "a Belíndia ainda está aí".

Junto com Gustavo Franco e Pedro Malan, Bacha lança, neste mês, o livro "30 anos do Real: crônicas no calor do momento". A primeira noite de autógrafos será amanhã, em São Paulo, na Livraria da Travessa Iguatemi.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

O que o levou a fazer o livro "30 anos de Plano Real" e qual será o futuro, como propõe o último capítulo?

Na verdade, o livro é um balanço do Plano Real. É um balanço peculiar, porque, como diz o subtítulo, são crônicas no calor do momento. Nós não estamos refletindo a partir de agora sobre o que ocorreu no passado, exceto no último capítulo. Mas mostrando como foram as nossas reações a cada cinco anos, em relação à evolução dos problemas que a economia brasileira enfrentou desde a introdução do real.

Como foi o processo de mudança de moeda, depois de vários planos fracassados? A origem se deu com o plano Larida, criado pelos economistas Pêrsio Arida e André Lara Resende, seus alunos na PUC-RIO. Na ditadura, teve dois planos fracassados. A discussão na

PUC, no início dos anos 1980, era, justamente, em função do fracasso da ditadura em conseguir combater a **inflação**. O que ela conseguiu foi provocar uma grande recessão entre 1981 e 1983. Mas a **inflação** continuou a subir na transição da ditadura. Na democracia, estava saindo de 200% ao ano e me recordo que, quando a gente fez o Plano Cruzado, a **inflação** estava em 15% ao mês e perto de 500% ao ano. Então, estávamos buscando alternativas a essa metodologia da ditadura, que era basicamente aplicar o torniquete monetário, que estrangulava a capacidade das firmas de produzirem, e aplicar o arrocho salarial, que reduzia a demanda dos trabalhadores.

Foi nesse processo que se gestou, dentro da PUC, um conjunto de ideias, de alternativas.

Uma das propostas, identificada com Francisco Lopes, era o choque heterodoxo, que foi aplicado com sucesso anteriormente em Israel. O plano era, fundamentalmente, um congelamento de preços e salários temporário para parar o processo da inércia inflacionária e, em seguida, depois de três meses, um pacto social em Israel para sair do congelamento sem explosão de preços.

Lá, foi feito de maneira muito inteligente. Aqui a gente fez de uma maneira muito burra.

Isso foi no Plano Cruzado?

Sim. Em vez de tomar o congelamento só como um mecanismo de parada súbita, mas não um mecanismo de estabilização, o congelamento virou a estabilização.

E aí, quando tirou o congelamento da frente, a **inflação** mudou. E aí teve Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor 1, Plano Collor 2, e nada deu certo. Então, entrou o Marcílio Marques Moreira (ex-ministro da Fazenda de Collor), que era o ministro "do nada de plano", como ele dizia.

Isso foi muito bom, porque a inércia voltou sem aquelas subidas e descidas provocadas pelos planos de congelamento. Quando entramos (após o impeachment de Collor), com o Plano Real, os preços estavam razoavelmente alinhados ao longo de um processo de reajuste. Cada preço tinha sua regra. Salários a cada quatro meses, alugueis a cada seis, ônibus a cada mês, e diferentes índices. Fizemos a unificação com a URV, sem reajustes.

Os preços estavam alinhados.

Nós só convertemos tudo pela média. E a média estava boa, entre aspas. Pudemos fixar, tanto a URV quanto o real, subsequentemente, e pudemos ancorar ele ao dólar, porque tinha reserva internacional para isso.

Podemos dizer que o Plano Real deu certo? Nesses 30 anos, o IPCA acumula alta de 708%, menos da metade da **inflação** em 1993. Podemos, sim, falar que o Plano Real deu certo. A **inflação** anual era de quase 3.000%, e, agora, está perto da meta, de 3%. Nem se compara.

Quais foram os principais acertos do plano real?

O acerto foi que acabou com a **inflação**. Era a isso que ele se propunha. O Plano Real foi bem-sucedido no propósito básico dele. Durante quatro anos ele segurou a **inflação** na base da âncora cambial. E em 1999 foi introduzido o tripeconômico que está aí, em pé até hoje. E esse tripé só fraquejou durante algum tempo quando a (ex-presidente) Dilma Rousseff e seus assessores inventaram a Nova Matriz Macroeconômica que, basicamente, era uma licença para gastar, ocultando o resultado com pedaladas e controlando a **inflação** com o congelamento de preços de energia e petróleo. Acho que eles aprenderam essa lição: não dá pra brincar com a **inflação**.

E o Lula, quando deputado, votou contra o Plano Real. Será que ele e o PT aprenderam isso?

O grande teste vai ser quem é que eles vão pôr na presidência do Banco Central, quando o Roberto Campos Neto sair.

A independência do Banco Central, que estava dentro da agenda de reformas pós-Plano Real, só ocorreu em 2021.

O senhor acha que ela está ameaçada?

Não está ameaçada porque o Lula não vai mexer na lei. Se ele tentar mexer na lei, o Congresso não aprova. Nos Estados Unidos, eles dizem que são pombos e falcões. O que ele pode tentar fazer é nomear pombos e só fazer uma diretoria de pombos, mais ou menos como tinha no governo Dilma. Mas vai ter que passar pelo Congresso, no Senado. Não vai ser fácil se Lula não indicar um economista de renome ou respeitado pelo mercado. E, se passar no Congresso, o mercado vai reagir imediatamente. O dólar vai lá para as alturas e taxa de juros futura também.

Já estão subindo. O mercado vem antecipando esse temor e, no ano, o real já desvalorizou quase 11%...

Há essa percepção do enfraquecimento do Fernando Haddad.

O Haddad, hoje, funciona como uma certa âncora de estabilidade, junto com o Roberto Campos Neto, obviamente. E, se além de trocar o Campos Neto, o Lula quiser trocar o Haddad, sai de baixo.

O terceiro mandato do Lula está cada vez mais parecido com o segundo da Dilma.

Quais os riscos disso?

O problema é o seguinte, pelo menos no começo do primeiro mandato da Dilma, havia uma composição política com o Congresso que era majoritária. E ainda estávamos no auge das commodities.

O governo tinha muita grana.

Agora, ele não tem essa grana e está muito difícil de produzir superavit primário. E, certamente, o Lula não tem maioria no Congresso.

A situação, seja econômica, seja política, é muito diferente do que a que Dilma enfrentou e pode fazer todas aquelas loucuras. Lula não tem espaço, nem econômico e nem político para isso.

Mesmo assim, o fiscal ainda vai ser o grande desafio daqui para frente, para que o tripé fique em pé?

Claro, o tripé não se sustenta em dois pés, o banquinho fica de três pés para ficar em pé.

Se não tiver o fiscal, ele cai. Vamos aguardar.

Voltando ao livro, vi que a dedicatória é para o Fernando Henrique Cardoso. Sim, com um aspecto sentimental aí. Com uma certa tristeza de não poder estar comemorando muito com a gente. Ele, certamente, era um maestro.

Além disso, ele conseguia controlar o Itamar Franco.

No livro, vocês reforçam bastante o fato de que o principal motivo do sucesso do real foi a consciência da população, sobre o mal que a **inflação** faz para a economia. Isso é uma coisa que a gente sempre falou. A **inflação** é o pior dos **impostos**, porque ele atinge as pessoas mais pobres, que não têm como se proteger. Ele tinha que ir ao supermercado no dia que recebia, porque os preços subiam diariamente. Era um horror para os trabalhadores de uma maneira geral. E foi por isso que quando veio essa sensação de estabilidade, imediatamente a popularidade do Fernando Henrique nas pesquisas presidenciais

disparou e ele venceu no primeiro turno.

O senhor tem criticado o fato de os pobres serem muito mais taxados do que os ricos. Como o senhor avalia a **reforma tributária** que está sendo regulamentada?

Essa **reforma tributária** que vai sair do Congresso, vai ser boa.

Ela vai ser um alívio para os mais pobres, porque vai ter cashback.

Mas isso se a gente conseguir fazer uma cesta básica pequenininha, tirar o filé mignon e o foie gras. Eu fico com pasmo, porque os ricos podem ir para os Estados Unidos duas vezes por ano, três vezes por ano, gasta o que quiser lá. E ainda pode gastar mais US\$ 1 mil no free shop.

E tem a polêmica da taxa das blusinhas. Na hora que o pobre encontra um canalzinho chinês para importar blusinha e tênis a US\$ 50, o mundo vem abaixo. O conjunto das associações empresariais diz que estão destruindo empregos, estão destruindo as empresas brasileiras. É concorrência desleal. Agora foi uma coisa interessante.

Eles queriam 60% e estão levando 20%. Mas eu falo que, se eu fosse senador, colocava uma emendinha para taxar em 20% sobre o freeshop também.

Só para fazer o rico pagar igual ao pobre.

O senhor usou o termo Belíndia para explicar o Brasil no passado. Hoje, dá para atualizar essa classificação?

A Belíndia está aí. E, junto com a Belíndia, tem o que o Delfim chamou de Ingana: os **impostos** da Inglaterra com serviços públicos de Gana. Vem também o que o Mário Henrique Simonsen chamou de Bangladânia: a pobreza de Bangladesh junto com o fechamento da Albânia. E agora, vem o que eu chamei de Rumala, que é a corrupção da Rússia e a criminalidade da Guatemala.

Mas teve uma outra expressão que eu inventei no governo Bolsonaro, que se chama Brasa: um país em chamas, que está destruindo a Amazônia e liquidando com os povos originários. Enfim, males não nos faltam.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2024/06/24/all.pdf>

Reforma tributária: professor da USP defende tributação progressiva por teor alcoólico (alimentação)

A aplicação do Imposto Seletivo sobre bebidas alcoólicas, prevista na **reforma tributária**, deve levar em conta uma diferenciação por teor alcoólico, defende o advogado Heleno Torres, professor titular de Direito Financeiro e chefe do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo).

Torres participa nesta segunda (24) de debate na Câmara dos Deputados sobre o primeiro projeto de lei complementar que regulamenta a reforma (PLP 68/2024) e trata também da questão do seletivo.

Ele afirma que a progressividade nessa tributação permite a diferenciação entre bebidas consideradas mais nocivas à saúde, seguindo recomendação de entidades internacionais como a OCDE e a OMS (Organização Mundial da Saúde).

"Bebidas com maior teor alcoólico podem levar a níveis mais altos de intoxicação se consumidas em grandes quantidades", afirma o tributarista, ao mencionar também consequências como acidentes e comportamentos de risco.

Ele cita experiências internacionais nesse sentido que trouxeram bons resultados. Na Rússia, por exemplo, bebidas com maior teor alcoólico, como a vodca, foram submetidas a uma taxa maior. Estudos acadêmicos também mostram redução das compras de bebidas com maior teor alcoólico por conta dessas políticas, acompanhada por uma queda no uso abusivo e prejudicial à saúde.

Em audiência realizada pela Câmara em março, produtores de bebidas destiladas defenderam uma tributação igual para todas as bebidas alcoólicas a partir de 2027, quando entra em vigor o Imposto Seletivo. (leia aqui a reportagem)

As empresas do setor de cerveja são contra essa tributação uniforme, lembram que a taxa pelo teor alcoólico já existe no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e que ela pode ser mais progressiva com a reforma -veja aqui como é a proposta do governo sobre o imposto para bebidas alcoólicas.

A proposta do governo coloca, inclusive, a cerveja sem álcool fora do alcance do imposto seletivo, destinado a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

O governo também quer colocar na lista do seletivo os veículos mais poluentes, embarcações a motor e aeronaves, fumo, bebidas açucaradas, petróleo, gás natural e minério de ferro.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/06/reforma-tributaria-professor-da-usp-defende-tributacao-progressiva-por-teor-alcoolico.shtml>

Reforma Tributária prevê imposto automático na hora da compra, mas bancos temem prazo apertado

Aposta do governo para reduzir a carga tributária, o recolhimento automático de **tributos** previsto no novo modelo de cobrança de **impostos** sobre o consumo é visto com preocupação por entidades do setor financeiro. Conhecido como split payment, o sistema vai permitir que o tributo seja recolhido ao Fisco no ato de compra de um bem ou serviço.

Seu desenvolvimento, contudo, é considerado complexo por bancos e empresas do setor de pagamentos, que terão a missão de construir e operar o mecanismo e que querem ser remunerados para isso.

O split payment vai integrar a emissão da nota fiscal eletrônica, a transação de pagamento e a arrecadação tributária. Isso será possível pela inclusão no documento fiscal de uma chave numérica vinculando essas operações. Com tudo eletrônico e automatizado, a expectativa é que o percentual de **impostos** não recolhidos por sonegação, fraude e inadimplência caia a menos de 15%. Hoje, é de mais de 20%.

O Ministério da Fazenda estima que o sistema seja responsável pela redução de dois a três pontos percentuais da alíquota de referência do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), previsto na **Reforma Tributária**. Esse tributo vai unificar cinco **impostos** e terá alíquota estimada em 26,5%. Ou seja, se o recolhimento instantâneo não vingar, a alíquota já poderia beirar 30% - acima dos 27% projetado para manter a carga tributária atual.

O IVA será dividido em dois: o federal vai se chamar Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) e vai reunir PIS, Cofins e IPI. O outro vai se chamar Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e vai unificar o ICMS, estadual, e o ISS, municipal. Na prática, o novo modelo de recolhimento automático vai permitir a separação da fatia do imposto que vai para a União e a que vai para estados e municípios do total de tributo pago na hora da compra de um bem ou serviço.

Isso vai valer para quando o pagamento for feito de forma eletrônica, como cartões, boletos, transferências e Pix.

Atualmente, as empresas pagam os **tributos** no mês seguinte à operação comercial. Nesse meio tempo, ficam com o dinheiro em caixa. No sistema previsto no projeto de regulamentação da reforma, o recolhimento aconteceria em tempo real ou, no máximo, em três dias úteis após a liquidação do pagamento, o que traz receios sobre impactos no capital de giro das empresas.

Versão inicial em 2026

A ideia do governo é que o modelo seja "inteligente". O montante a ser retido referente aos **impostos** já seria abatido dos créditos tributários que as empresas acumulam ao longo da cadeia de produção, ou seja, a compensação será instantânea.

Por exemplo, um supermercado varejista tem direito a créditos dos **impostos** que ele paga em produtos ao atacado, bem como com gastos como conta de luz e água. Esse crédito já fica computado no sistema. No momento em que o supermercado varejista vende ao consumidor final o seu produto, ele precisa pagar **impostos** ao governo. No entanto, quando esses débitos com o poder público entram no sistema, já serão compensados os gastos que ele teve lá atrás, com a compra do atacado.

A criação de um split "inteligente", no entanto, só torna mais complexa a construção do sistema. Um sistema nesses moldes não existe em país algum do mundo. Por isso, há preocupações também sobre o tempo hábil para colocá-lo de pé. Uma versão inicial teria que ficar pronta em 2026, quando começa o período de transição da reforma.

Na avaliação de associações do sistema financeiro, o projeto é audacioso, com diferentes riscos e custos, e o prazo é exíguo. Os executivos veem com bons olhos a inovação e dizem que o Brasil está mais preparado que outros países para o desafio, já que a digitalização do sistema financeiro está avançada. Mas afirmam que há temores sobre questões de responsabilidade tributária, riscos de segurança e velocidade das operações, além de gastos.

O presidente da Federação Brasileira de Bancos

(Febraban), Isaac Sidney, cita a questão do split payment no topo das preocupações do sistema financeiro hoje. Como o sistema irá recolher não só os **impostos** de empresas, mas também de consumidores, abrangerá todas as operações financeiras eletrônicas sujeitas ao IBS e à CBS, algo visto pelo setor com riscos de operação e de segurança "altíssimos".

- Se nós não tivermos atendidas as premissas operacionais, ficará difícil o apoio (à medida). Por ora, estamos apostando no diálogo, que seremos chamados como indústria de pagamentos para dar nossas visões e espero que o governo se sensibilize nesse sentido - disse Isaac Sidney.

O diretor-executivo da Associação Brasileira de Instituições de Pagamento (Abipag), Vinicius Carrasco, afirma que o split vai exigir muita discussão e "enorme concertação" de esforços dos mais diversos setores. Segundo ele, a discussão precisa abarcar a questão da não responsabilização das instituições financeiras e de pagamentos, os custos de desenvolver a infraestrutura, como os serviços prestados serão remunerados e como lidar com os riscos operacionais.

- Do lado da implantação, nos parece ser um projeto desafiador e que precisa ser planejado e executado com calma. O Open Finance (plataforma em que há compartilhamento entre instituições financeiras de informações de usuários, sob seu consentimento) está em processo há cinco anos, para dar um exemplo da construção coordenada de nova estrutura. O governo está fazendo certo: ouvindo todos de maneira atenta.

Remuneração

A diretora jurídica da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Cristiane Coelho, acrescenta que é importante que todos os meios de pagamento entrem juntos no split, não só por uma questão concorrencial, mas também para garantir que o sistema vai cumprir seus objetivos de reduzir a sonegação e a fraude. E, se houver muitas fricções, no limite, pode ter fuga do pagamento eletrônico para o dinheiro.

- Se colocar split só em cartão de crédito, vai ter migração para outros meios de pagamento, como Pix. O fato de entrar todo mundo junto é relevante - disse Coelho.

O diretor de programa da Secretaria Especial de **Reforma Tributária** (Sert), Daniel Loria, reconhece que a adequação tecnológica para o modelo, tanto por parte de empresas, quanto pelo sistema financeiro, terá custos. Ele não descarta uma remuneração para as instituições financeiras que irão organizar esse

nova estrutura de pagamento de **impostos**.

- Sim, terá um custo. Hoje quem está credenciado na rede de arrecadação já tem uma remuneração. Não temos uma definição para o novo sistema. Temos que pensar sobre isso. Ainda não temos uma ideia de como seria essa remuneração - afirmou o diretor

A adoção do split payment será uma obrigação para todas as instituições de meios de pagamentos e está prevista no projeto de lei complementar de regulamentação da reforma. Isso, de acordo com a Fazenda, dará equidade entre as instituições e acaba com o temor de surgir novo meio de pagamento para quem não quiser se adequar ao sistema.

- Ainda existem dúvidas por parte das empresas sobre a capacidade do split payment ficar pronto, da capacidade do governo de organizar isso. Mas acreditamos que vai se concretizar - disse o integrante do grupo de trabalho da **Reforma Tributária** na Câmara, Claudio Cajado (PP-BA).

Relembre os pontos da reforma

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/06/24/reforma-tributaria-preve-imposto-automatico-na-hora-da-compra-mas-bancos-temem-prazo-apertado.ghtml>

Tributar os super-ricos

Maurício Rands Advogado, professor de Direito Constitucional da Unicap, PhD pela Universidade Oxford

Em seu programa Acerto de Contas, o grande comunicador Geraldo Freire levou a debate a questão da tributação das grandes fortunas. Seguem elementos para refletir sobre o tema. A desigualdade e a pobreza continuam a ser o maior atestado do fracasso civilizatório do homo sapiens. Ninguém desconhece que a solução para o problema é o desenvolvimento. Mas não se trata de qualquer desenvolvimento. É preciso que ele se assente em bases de sustentabilidade social e ambiental. Isso passa por políticas de justiça social, inclusive a tributária, que reduzam as desigualdades.

Um olhar sobre os bilionários e os deserdados do planeta dá-nos uma ideia sobre a dimensão das desigualdades. Quem são os dez maiores bilionários do planeta? 1. Bernard Arnault, patrimônio líquido de US\$ 233 bilhões, LVMH (Louis Vuitton, Christian Dior, Moet Chandon, Sephora e Tiffany); 2. Elon Musk, 195 bi, Tesla, SpaceX, X; 3. Jeff Bezos, 194 bi, Amazon; 4. Mark Zuckerberg, 177 bi, Facebook, agora Meta; 5. Larry Ellison, 141 bi, Oracle; 6. Warren Buffett, 133 bi, Berkshire Hathaway; 7. Bill Gates, 128 bi, Microsoft; 8. Steve Ballmer, 121 bi, Microsoft; 9. Mukesh Ambani, 116 bi, Reliance Industries (petróleo, telecom e finanças); 10. Larry Page, US\$ 114 bi, Google. São 2.781 os bilionários do mundo, sendo 813 dos EUA, 473 da China e 200 da Índia. Somam um patrimônio agregado de US\$ 14,2 trilhões (7 vezes o PIB do Brasil, que em 2023 foi de cerca de US\$ 2,1 trilhões). No Brasil, 69 pessoas têm patrimônio superior a 1 bilhão de dólares.

E quantos são os pobres no mundo? Vivem em extrema pobreza (abaixo da linha estimada pelo Banco Mundial em US\$ 2,15 por dia) mais de 1 bilhão de seres humanos. No Brasil, 7,5 milhões. Nos EUA, 825 mil. Na China, 1,56 milhão. A essas pessoas são negados os direitos fundamentais de moradia, segurança alimentar, eletricidade, saneamento, saúde e educação básica de qualidade.

Nos EUA, o presidente Biden propõe instituir a tributação de 25% sobre os patrimônios pessoais superiores a US\$ 100 milhões, mesmo que os ganhos de capital não sejam realizados através da venda. Estima-se que, em 10 anos, os EUA arrecadarão US\$ 500 bilhões a serem investidos em programas sociais. Lá os super-ricos conseguem deixar de pagar **impostos** sobre os ganhos de capital e sobre a renda

através de estratégia conhecida como "buy, borrow, die" (comprar, tomar emprestado e morrer). Eles optam por não receber qualquer renda de suas empresas para não pagar imposto de renda sobre esses ganhos. E, para não pagar imposto sobre os ganhos de capital na venda de seus bens, eles não os vendem. Ao invés, tomam dinheiro emprestado nos bancos a taxas de juros bem mais baixas do que as que pagariam em **tributos**. Os bancos emprestam porque esses ativos são dados em garantia (collateral securities). Em vida, as pessoas renovam várias vezes esses empréstimos. Vivem luxuosamente com os recursos tomados em empréstimos. Quando morrem, os valores desses ativos são atualizados sem que os herdeiros precisem pagar imposto de renda sobre o ganho de capital decorrente da atualização dos valores. A lei atual não permite a tributação desses chamados "ganhos não realizados". A proposta de Biden pretende fechar essa brecha e tributar a valorização desses ativos, sejam imóveis ou valores mobiliários (ações, títulos e quotas), mesmo sem que a valorização seja realizada pela venda ou amortização. A justificativa é a de eliminar a brecha tributária que permite aos super-ricos deixar de pagar **impostos** sobre ganhos de valorização de seus bens que foram obtidos sem terem sido tributados

No Brasil, o presidente Lula tem enfrentado problemas similares. As renúncias fiscais hoje chegam a R\$ 524 bilhões, cerca de 4,5% do PIB brasileiro. Aqui também os super-ricos encontram estratégias para pagar proporcionalmente menos **impostos** do que os assalariados. Por sua iniciativa, o Congresso acaba de aprovar a Lei nº 14.754/23, regulada pela IN 2.180/2024, que passa a tributar os fundos exclusivos e os fundos "off shore". Antes, esses fundos de alta renda só eram tributados quando seus proprietários realizavam seus lucros por ocasião do resgate. Isso podia demorar ou nunca acontecer. Com a nova lei, esses fundos exclusivos passarão a ser taxados semestralmente, no sistema chamado de "come-cotas", e os offshores, uma vez por ano.

Essas duas medidas dos presidentes Biden e Lula representam gotas no oceano. Mas vão na direção de uma maior justiça tributária. Servem de exemplo sobre o que os países podem fazer para que os super-ricos contribuam mais para o financiamento de políticas redutoras das desigualdades e da pobreza. Certamente esses recursos não vão fazer falta a qualquer deles. A partir de um certo patamar, nenhum centavo a mais faz diferença para o bem-estar de quem quer que seja. Nem vão desestimular seu tino

empreendedor. Mas poderão viabilizar a redução da tributação aos assalariados. Medidas como essas atingirão apenas a vaidade da ostentação de suas fortunas na lista de bilionários da Forbes.

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/opiniao/2024/06/tributar-os-super-ricos.html>

Risco fiscal e juros nos Estados Unidos redefinem projeções para dólar e Bolsa

DANIEL ROCHA E-INVESTIDOR

O Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu na última quarta-feira manter a taxa Selic a 10,5% ao ano. A decisão já era esperada pelo mercado em razão das incertezas quanto às contas públicas que elevaram o risco fiscal no Brasil. A indefinição sobre a trajetória dos juros nos Estados Unidos, com o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) ainda resistente para dar início ao ciclo de queda, também minou o ambiente doméstico. Diante desse cenário, as corretoras vêm ajustando suas estimativas para o Ibovespa e o dólar.

Essas revisões começaram ainda em abril, após a mudança das metas fiscais para 2025 e 2026. A meta para as contas públicas foi reduzida de um superávit de 0,5% no Produto Interno Bruto (**PIB**), em 2025, para 0%. Para 2026, o superávit de 1% do **PIB** foi revisto para 0,25%. As alterações aconteceram poucos meses depois da implementação do arcabouço fiscal e, desde então, o mercado cobra do governo um maior comprometimento com o controle das contas públicas.

A tensão havia avançado ainda mais antes da reunião do Copom na semana passada. No dia 12, em um evento para investidores, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que estava "colocando as contas públicas em ordem para assegurar o equilíbrio fiscal", mas que não conseguia "discutir economia sem colocar a questão social na ordem do dia". A declaração não agradou ao mercado, que identificou no chefe do Planalto uma postura mais propensa a expandir os gastos públicos. A reação pressionou o dólar, que fechou o dia a R\$ 5,40, após uma alta de 0,83%.

A cotação da moeda americana só recuou quando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, manifestou a intenção do governo de reavaliar gastos, mas ainda permaneceu acima dos R\$ 5,40.

Já na véspera da reunião do Copom, o presidente Lula voltou a criticar a condução da política monetária pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Em entrevista à rádio CBN, o Lula afirmou que Roberto Campos Neto "tem lado político" e "trabalha para prejudicar o Brasil".

Nesse ambiente, a saída dos investidores estrangeiros da Bolsa brasileira rumo a outros mercados emergentes, como a Índia e México, além dos ativos de renda fixa dos Estados Unidos, também pressionou o câmbio e o desempenho do Ibovespa neste primeiro semestre. Segundo os dados recentes da B3, a saída líquida de recursos por estrangeiros passa de R\$ 41,7 bilhões no ano.

DÓLAR. Diante desse cenário, as chances de a moeda americana encerrar o ano abaixo de R\$ 5 diminuíram muito. Agora, a maioria das corretoras e bancos estima o dólar entre R\$ 5 e R\$ 5,30. As mudanças influenciaram nas projeções do boletim Focus (compilação do Banco Central das estimativas do mercado) para o câmbio de 2024, que agora apontam para R\$ 5,13 - eram de R\$ 4,92 em janeiro, e de R\$ 5 no fim de abril.

"O risco fiscal está sendo mais precificado pelo mercado, e consideramos que a dívida líquida do Brasil está bastante elevada. A perspectiva é de que ela continue subindo. Por isso, vemos que a depreciação do real veio para ficar", diz Cláudia Moreno, economista do C6 Bank.

Na sexta-feira, o dólar encerrou o dia cotado a R\$ 5,44. Ou seja, com base nas novas estimativas do Focus, a tendência é de que o câmbio recue nos próximos meses, mas se descarta uma forte desvalorização.

Há ainda a expectativa de que o Fed inicie o ciclo de queda de juros nos EUA em 2024, entre novembro e dezembro, segundo as projeções do mercado. Caso isso se concretize, a tendência é de um enfraquecimento do dólar até o fim de 2024. "A política monetária nos EUA tem sido até aqui a grande responsável pela forte desvalorização da moeda local frente ao dólar em função do enxugamento significativo da liquidez mundial que tem gerado", diz Matheus Pizzani, economista da CM Capital.

BOLSA. Depois de quatro semanas seguidas em queda, a Bolsa brasileira voltou a respirar. Na sexta-feira, o Ibovespa (principal índice da B3) encerrou o dia em alta de 0,74%, aos 121.341 pontos, o que resultou num avanço de 1,40% na semana - recuperação ajudada pela diminuição da tensão com a decisão unânime do Copom de manter a Selic em

10,5%, vista como um primeiro passo para a reconquista da credibilidade do BC.

Os patamares de 160 mil a 170 mil pontos para o Ibovespa projetados no início do ano, porém, agora são desconsiderados. A pontuação esperada para o índice passou a ser entre 135 mil e 150 mil pontos, conforme as projeções mais recentes do mercado (veja quadro ao lado). "Reduzimos o valor justo do Ibovespa devido às taxas de juros mais altas, mas continuamos vendo as ações brasileiras como atrativas", disse a XP, em relatório.

Além do cenário macroeconômico desafiador, os ruídos relacionados à interferência do governo em algumas empresas influenciaram a mudança no patamar alvo do índice. Caiu muito mal no mercado, por exemplo, a tumultuada decisão da Petrobras de não distribuir os dividendos extraordinários em março.

Em maio, nova surpresa: o presidente Lula demitiu Jean Paul Prates da presidência da estatal.

A saída já era ventilada há algum tempo, e a nomeação de Magda Chambriard atende à cobrança por maior velocidade na execução dos projetos de investimento da. Esses eventos explicam em boa parte por que o Ibovespa ainda cai 0,62% em junho, e 9,57% desde o início do ano.

"O risco fiscal está sendo mais precificado pelo mercado, e consideramos que a dívida líquida do Brasil está bastante elevada" Cláudia Moreno Economista do C6 Bank

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Selic estável em 10,5% é mais um golpe contra renda variável

Adriana Cotias De São Paulo

Com a Selic mantida em 10,5% ao ano, a renda fixa ganhou mais um round contra a bolsa. Apesar de preços ultrabaixos das ações por diversas métricas, o investidor não tem se encorajado a aproveitar a temporada de liquidação e prefere abraçar as estratégias ligadas a juros. Mas é justamente após períodos de "depressão profunda" que a renda variável costuma trazer os melhores resultados, e há quem veja certo comportamento de "manada" na paralisia atual.

O chamado "valuation", que dá uma indicação de quanto um ativo pode se valorizar no tempo ao se projetar o fluxo de caixa das empresas, descontado a uma determinada taxa de juros, é apenas a ponta mais fácil do trabalho da análise fundamentalista. Faltam outros componentes para a "bolsa funcionar no Brasil", diz Daniel Gewehr, estrategista e chefe de ações do Itaú BBA: a macroeconomia, o ciclo de lucros e o posicionamento do investidor. Nesta última ponta, a B3 carece tanto do fluxo local quanto do estrangeiro.

Com uma Selic mais alta por mais tempo, o macro ficou ligeiramente pior. Companhias mais sensíveis a taxas de juros podem rever planos, diz Gewehr. "Tem coisas boas no curto prazo do lado da atividade, mas quando você conversa com o "management" das empresas, há uma certa reticência em acelerar o investimento, que é o que vai garantir o crescimento dos lucros mais fortemente." O Itaú BBA projeta um incremento de 14% para o lucro das empresas, mas o crescimento é puxado pelo setor financeiro e por companhias ligadas à cadeia de commodities. "Só que, quando se compra bolsa no Brasil, na maior parte das vezes [o investidor] quer economia doméstica e os analistas ainda trabalham em seus modelos com a Selic abaixo de 10%", diz Gewehr. "Vejo uma revisão de companhias com alavancagem mais alta, levando a uma margem mais baixa, com o ciclo doméstico de crescimento postergado pelo impacto monetário." Depois de fundos estrangeiros que olham emergentes terem começado o ano sobrealocados em Brasil, há um processo gradual de redução, "o técnico é mais leve do que no início do ano, mas não dá para dizer que estão "underweight" [abaixo da média do mercado]", diz o estrategista do Itaú BBA. E o que ele ouve de gestores de fundos hedge é que falta "momentum" para o Brasil, a velocidade que um ativo

pode se valorizar num certo período.

O que tem atraído a atenção do bolso global são os temas ligados à tecnologia - o índice americano S P 500, que tem quase 40% no setor, sobe quase 15% no ano e o Taipé, da bolsa de Taiwan, 30,5%, com peso de 65%. Já o Ibovespa, em que esse tipo de exposição é só de 1%, cai quase 20% em dólar (ou 10% em reais).

Gewehr cita que numa pesquisa feita com 168 gestores, que reúnem US\$100 bilhões, o "número mágico" em que a probabilidade de comprar bolsa aumenta seria a Selic em 9%. Entre os principais gatilhos para os próximos seis meses, 79% apontaram a decisão do Federal Reserve (Fed, o BC americano) de iniciar seu ciclo de corte de juros, algo que ficou para setembro ou dezembro.

Já há maior probabilidade de se ganhar no médio e longo prazo com bons ativos negociados com desconto. O preço/lucro (P/L, que dá uma ideia de prazo de retorno do investimento) da bolsa projetado para 12 meses está em 7,3 vezes, 24% abaixo da média dos últimos cinco anos, enquanto o MSCI global negocia a 18 vezes. Já o "earnings yield gap" (a diferença entre o retorno do lucro e a taxa longa da NTN-B, a métrica de juro real) do Ibovespa está atrativo no nível de 7,4%, ante uma média histórica de 4,8%.

Com esse combo, a equipe de pesquisa do Itaú BBA tem dado preferência a ativos atrelados a taxa de juros, caso dos setores elétrico, portos e shopping centers, com boa previsibilidade de receitas e uma taxa interna de retorno (TIR) real projetada entre 11% e 13%, considerando-se os dividendos. "É um prêmio bom numa NTN-B que já é boa em relação ao histórico." Tanto a pessoa física quanto o investidor institucional aproveitam os prêmios vitaminados das NTN-B, quando os títulos batem a casa dos 6,5% ao ano, mas não conseguem fazer o mesmo com ações, diz João Braga, sócio-fundador da Encore. "Se a expectativa de fluxo de caixa futuro não mudou, é igual à NTN-B, o retorno esperado subiu, as pessoas deviam ficar mais gananciosas." O gestor conta que ouviu de um colega de banco estrangeiro, que se reuniu com investidores institucionais dedicados à América Latina, que o grupo se mostrou extremamente negativo com as ações no Brasil. O mais construtivo

dizia que sim, a bolsa está barata, mas não se atrevia a comprar.

Braga vê um certo movimento de manada e diz que, na hora de usar as finanças comportamentais a favor, os investidores vêm rasgando a teoria. Ele cita que, ao se revisitar os ensinamentos de ciclos econômicos de Howard Marks, cofundador da Oaktree, sobre quando é o melhor momento de ir às compras na bolsa, o Brasil gabarita em todos.

Ao comparar o índice de ações do setor elétrico com a NTN-B de 2050, que paga cupom periódico, os ativos vão na mesma direção. "Todo mundo quer fugir quando deveria aumentar." E como bolsa é uma "máquina de antecipação de eventos futuros", ele questiona se faz sentido falar em gatilho claro.

Ricardo Almeida, gestor da Asa Investments, diz que desde abril o mercado passou a reagir aos fatores domésticos, descolando-se do exterior. Com ameaças de interferência na Vale, na política de dividendos da Petrobras e na troca de comando, o fiscal sob os holofotes e a sucessão de Roberto Campos Neto no BC no radar ofereceram um cardápio em que ficou difícil distinguir ruídos de sinais. "Tem prêmio de risco claro, mas se o risco percebido vai ser executado é a grande questão." Ele cita que a cuiva de juros já não projeta nenhum corte e, a partir de 2026, já tem alta prevista para a Selic. "Conversando com as empresas, operacionalmente não piorou, o que aconteceu é que, para um mesmo lucro, se aceita um múltiplo menor." Com o dólar flertando com os R\$ 5,50 e algumas empresas negociando num P/E de dez vezes, há barganhas. Uma das preocupações, cita Almeida, é se nas discussões para equacionar as contas públicas não virá mais aumento de carga tributária para as empresas.

-

"Retorno potencial maior da bolsa custa a se materializar"

A bolsa brasileira mostra um desempenho historicamente insatisfatório em relação a outros ativos e tem desafiado a máxima de que ações são para o longo prazo, segundo um estudo elaborado pela Tag Investimentos. O Ibovespa até traz implícito um retorno maior do que o das Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B), mas, numa linha de tempo, o prêmio de risco de ações não se materializa.

Apesar de haver empresas de excelência listadas na B3, as companhias têm competido na corrida contra um "queniano estrutural", o CDI, e com um conjuntural, os juros americanos, diz André Leite, executivo-chefe de investimentos (CIO) da Tag. No front doméstico,

ainda há ruídos fiscais e incertezas sobre quem estará no comando do Banco Central a partir do ano que vem.

A Tag calculou a taxa interna de retorno (TIR) real média do índice, que desde 2006 foi de 12,74%. O lucro das empresas, de fato, aumentou acima da **inflação**. Já a NTN-B de dez anos foi de 5,79% ao ano. Mas, nos preços de mercado, o conjunto de ações que compõem o índice não entregou tal resultado. "Tem um potencial que nunca é realizado completamente", diz Leite.

Há desconto em múltiplos como o preço/lucro, perto de oito vezes pelos seus cálculos, um dos níveis mais baixos da média histórica - e em comparação a 21 vezes do americano S P 500. Mas, pelo exercício da Tag, para o nível atual de lucros, o Ibovespa só proporcionaria um retorno que justificaria o risco se voltasse para a média de 12 vezes ou, na melhor das hipóteses, revisitasse a máxima de 16 vezes, o que significaria rumar para algo entre 190 mil e 250 mil pontos, muito longe do nível atual, na casa dos 120 mil pontos.

O Ibovespa em 190 mil pontos, na média de janelas de 48,60,120,180 e de 240 meses, traria um retorno de CDI mais 2,6%. Mas, quando se compara com outras classes, como os títulos de dívida isentos, seria possível ter a mesma rentabilidade, com menor volatilidade, diz o CIO da Tag-ainda que correndo risco de crédito corporativo. Com o índice em 250 mil pontos, a média acima do CDI seria de 6,8% na média desses intervalos.

Uma NTN-B com vencimento em agosto de 2026 pagava quase 6,5%, além da correção pelo IPCA, no dia 20, data em que o Copom encerrou o ciclo de cortes e manteve a Selic em 10,5% ao ano. No meio do caminho, os títulos do Tesouro podem ter volatilidade comparável à da bolsa, mas para quem carrega os papéis até o vencimento, eles asseguram aquilo que foi contratado, defende Leite.

Sem ver gatilhos de curto prazo para ações, na sua matemática de construção de portfólios, a XP, que tradicionalmente pautou sua atuação para estratégias de maior risco, como a bolsa, está hoje "mais posicionada do que gostaria em renda fixa", segundo Rodrigo Sgavioli, chefe de alocação.

Nas suas recomendações, a instituição tem privilegiado mais estratégias de carregamento do que de ganhos de capital, o que inclui fundos imobiliários com ativos de crédito, isentos de imposto de renda na distribuição de dividendos, dada a "gradualidade da política monetária".

Uma carteira moderada tem hoje só 5% em bolsa e cerca de 65% em renda fixa local, sendo que os títulos pós-fixados representam um terço da exposição. Sgavioli diz que não se trata de se ancorar à Selic de 10,5%, sob o custo de "deixar dinheiro na mesa". O segundo maior pedaço, 20%, está em títulos atrelados à **inflação**, com outros 10% em prefixados de duração mais curta, de até dois anos. Fundos imobiliários representam 7%, na primeira vez em três anos que a XP tem mais posição estrutural em carteiras listadas do que em ações. "A gente ainda vai ter esse DNA de renda variável. Mas o retorno esperado do fundo imobiliário no longo prazo é muito parecido com o da bolsa, mas com um terço da volatilidade", diz o executivo da XP.

No longo prazo, Sgavioli diz que uma boa seleção de empresas mais resilientes, de qualidade e que saibam atravessar os períodos mais adversos do ciclo econômico acaba entregando lucros e margens crescentes quando se compra os ativos a preços baratos, superando o retorno da NTN-B. "Numa economia funcional, em ciclos mais longos, de dez a 15 anos, a bolsa rende mais que a renda fixa, seja qual for. Não o Ibovespa, mas bons ativos rendem mais do que o caixa."

"Se fluxo de caixa não mudou, é igual à NTN-B, o retorno esperado subiu" João Braga

190 mil pontos seria o nível para compensar risco

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187910>

Por que o dólar está tão caro? - ECONOMIA E NEGÓCIOS EM FOCO

ECIO COSTA

Em 2024, até agora, o Real foi a segunda moeda que mais se desvalorizou no mundo, uma desvalorização em relação ao Dólar de 12,4%, somente atrás do Japão, cuja moeda se desvalorizou 13,2%. A desvalorização do Real se intensificou a partir de abril, mas vem acontecendo desde o início do ano.

O Real encerrou 2023 com perspectiva positiva, num ano que apesar de um déficit fiscal enorme, de R\$ 230,535 bilhões, valor equivalente a 2,12% do Produto Interno Bruto (**PIB**), foi aprovado o Arcabouço Fiscal com objetivos de zerar o déficit em 2024 e atingir superávit primário em 2025.

Além disso, o cenário externo era de início do processo de redução de juros na economia americana já no início de 2024, o que levou investidores internacionais a alocarem posições em países emergentes, principalmente o Brasil. O resultado recorde da balança comercial brasileira, US\$ 98,8 bilhões, também ajudou a fazer o câmbio encerrar 2023 em R\$ 5,03.

Mas, em abril deste ano, o Governo resolveu alterar o Arcabouço Fiscal, informando que não mais iria perseguir um superávit primário em 2025 e sim repetir o objetivo de obter déficit zero, mesma meta de 2024. Meta esta, que permite uma banda de déficit que pode chegar a -0,25% do **PIB** daquele ano.

Esta mudança gerou uma crise de confiança no Governo Lula e o Dólar disparou, com investidores saindo da bolsa brasileira, num valor que já passa os R\$ 40 bilhões e tem feito a bolsa perder todo o ganho obtido no último trimestre de 2023. O Ibovespa teve um rally saindo de 112.000 pontos no final de outubro para fechar 2023 aos 134.000 pontos. Agora em junho já chegou a estar em 119.000 pontos.

Soma-se a esta crise fiscal, o retardamento da redução de juros na economia americana, que continua a apresentar resiliência em seu crescimento do **PIB**, mesmo com os juros mais altos dos últimos 23 anos, 5,25%. Por lá, apesar da **inflação** ter cedido um pouco, a taxa de desemprego ainda se mantém em patamares muito baixos, pressionando o mercado de trabalho e a **inflação**, principalmente de serviços.

Com os juros se mantendo mais altos por mais tempo nos EUA, só devem começar a cair em setembro, o cenário tende a ser desfavorável para o resto do mundo, principalmente nos países emergentes. Mas o Brasil termina ainda ficando no final dessa lista como destino de investidores por razões internas.

A deterioração fiscal do Brasil piora o prêmio de risco, trazendo pressão sobre a taxa de câmbio. Os ataques políticos ao presidente do Banco Central colaboram com um componente de risco institucional. O impacto disso é notado quando, mesmo com a manutenção da Selic em 10,50% na última reunião do Comitê de Política Monetária - COPOM, o Dólar ainda se manteve pressionado.

De acordo com as projeções do Prisma Fiscal, pesquisa de mercado realizada pelo Ministério da Fazenda, a dívida pública deve se estabilizar apenas entre 2032 e 2033 no patamar de 90% do **PIB**. Para poder convencer o mercado que a trajetória de forte crescimento da dívida será revertida, somente o anúncio de mudanças importantes para a redução de gastos poderão convencer.

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/06/por-que-o-dolar-esta-tao-carro.html>

Trabalhador precisa ter cautela para antecipar saque-aniversário

##9632; SIMON NASCIMENTO

Basta passar perto de agências de instituições financeiras ou fazer uma busca na internet sobre **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) para que o brasileiro seja inundado por ofertas para antecipação dos valores. Atrativas e pouco explicativas, parecem vender um sonho. Porém é preciso cautela. A proposta, que, no primeiro momento, pode parecer vantajosa e ser alívio para o orçamento, nada mais é que um empréstimo convencional, acrescido de taxa de juros de 1,8% ao mês - quase 22% ao ano.

O saldo do **FGTS** é, tradicionalmente, liberado aos trabalhadores após demissão sem justa causa ou para pagar a casa própria, entre outras situações específicas. Com a ofensiva das instituições sobre a nova modalidade de retirada anual de parte do fundo, a antecipação do **saque-aniversário** já movimentou mais de R\$ 151 bilhões desde 2020, de acordo com a Caixa.

O banco não informa quantos cidadãos solicitaram o valor antes do previsto, entretanto mais de 716 milhões de operações de crédito foram realizadas no período. Atualmente, mais de 70 bancos são habilitados pela Caixa a oferecer empréstimo usando o **saque-aniversário** como garantia.

E as possibilidades de antecipação não param por aí. No início deste mês, a Azul Linhas Aéreas anunciou que os clientes poderão comprar passagens utilizando saldo do **FGTS**. Antes a Americanas já havia aceitado valores do benefício trabalhista na aquisição de ovos de Páscoa. Em ambos os exemplos, as operações são realizadas por fintechs parceiras.

"As pessoas acabam não calculando a taxa de juros embutida. Alguns empréstimos podem superar o montante que o trabalhador tem direito a receber, gerando outra dívida para tentar suprir uma necessidade", alerta o conselheiro do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG), Gelton Pinto Coelho.

SEM PROTEÇÃO. Antes de contratar o crédito referente à antecipação do **FGTS**, em qualquer banco habilitados, em caso de demissão futura, o valor integral fica retido na conta do **FGTS**.

O direito do trabalhador, nesse caso, será apenas de retirada da multa de 40%. Ou seja, ele corre risco de ficar desassistido no momento pessoa precisa solicitar, pelo aplicativo da Caixa mesmo, a troca do saque-rescisão para **saque-aniversário**. Com isso da demissão. "A pessoa que optou pelo **saque-aniversário** e se arrependeu pod voltar atrás. Mas a nova alteração só ocorre após 25 meses", observa o vice-presidente da Associação Mineira de Advocacia Trabalhista (Amat), Júlio Baía.

Caso a caso Análise parte da necessidade individual

O Professor e coordenador do MBA Executivo em Mercado de Capitais e Derivativos da FUC Minas, Vinícius de Casro explica que os juros cobrados para antecipação do **saque-aniversário** são baixos, comparados à taxa do cheque especial e do cartão de crédito. Mas é preciso cuidado. "O trabalhador deve financiar valor compatível com o que tem direito no **saque-aniversário**, levando em consideração os juros. Porque o **FGTS** foi pensado para segurança e proteção, principalmente para pessoas sem tanta educação financeira. Senão, devagarzinho, o trabalhador retira valores que seriam para uma emergência futura", aconselha o especialista.

De qualquer maneira, a avaliação da necessidade de contratação do empréstimo é individual. Para Castro, a alternativa pode ser interessante em duas situações. "Quando a pessoa vai quitar dívidas com juros mais altos ou para criar hábito de aplicar esses recursos em rendimento maior, como o tesouro Selic, que não é investimento de risco", diz.

No caso de quem deseja investir, é preciso avaliar as possibilidades de remuneração no mercado. Historicamente, o **FGTS** rende cerca de 3% ao ano mais Taxa Referencial. No entanto, há alguns dias, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a correção do saldo do fundo deve acompanhar o IPCA, atualmente em 3,93%.

Financiamento público Uso na infraestrutura

Além de ser "colchão de segurança" para o trabalhador, o **FGTS** fomenta políticas públicas de habitação, saneamento e infraestrutura no país. É usado em programas sociais, como Saneamento para

Todos, Pró-Transportes, Pró-Cidades e Minha Casa, Minha Vida. "É um dos maiores fundos com essa natureza no mundo", diz o professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, Mário Rodarte.

Ele alerta que os saques nas contas do **FGTS** diminuem o recurso disponível para financiar intervenções estruturais possíveis com o fundo. Porém o aumento no número de trabalhadores com carteira assinada pode equalizar a situação.

-

"Esse dinheiro é do cidadão. Quem deve definir o que fazer é ele. sem o governo tutelai* isso. Só precisa saber que, sacando agora, terá um valor menor lá na frente." Washington Barbosa Advogado e mestre em direito das Relações Sociais e Trabalhistas

"Vejo com restrição o **saque-aniversário** e a antecipação. O FGTO deve ser preservado para, nas hipóteses legais, que o trabalhador tenha acesso. Isso é fundamental no nosso sistema jurídico-trabalhista." Júlio Baía Vice-presidente da Amat

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>